



**Publicação  
Preliminar**

## **DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DO AMAPÁ**

<b>Equipe técnica:</b>	Helder Ferreira e Victória Hoff da Cunha (responsáveis técnicos – Amapá); Bernardo Medeiros, Danilo Coelho, Luseni Aquino, Maria Paula Santos, Milena Soares e Tatiana Silva (técnicos do Ipea), Ana Clara Figueiredo, Angelina Parreiras, Karolina Armstrong, Milena Reis, Paloma Palmieri Alves e Ryanni Guimarães (bolsistas do Ipea)
<b>Produto editorial:</b>	Relatório Institucional
<b>Cidade:</b>	Brasília/DF
<b>Editora:</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano:</b>	2023
<b>Edição</b>	1ª

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

# 1. INTRODUÇÃO

O relatório tem por objetivo compreender as dinâmicas de violência letal e sua relação com as políticas de segurança pública no estado do Amapá, localizado na região Norte do Brasil. A alta proporção de áreas protegidas no Estado<sup>1</sup>, a baixa densidade demográfica e a economia fortemente concentrada no setor terciário e na capital parecem servir historicamente como barreira ao desmatamento predatório em larga escala. Contudo, em um panorama mais recente, percebe-se que a violência associada à expansão da fronteira agrícola e à invasão de áreas de proteção ambiental e terras indígenas, associadas sobretudo à extração ilegal de madeira e ao garimpo ilegal, adentram os municípios e aos territórios protegidos do estado.

Ao mesmo tempo, as dinâmicas de violência articuladas ao nível nacional refletem-se em escala local. No Amapá, as facções criminosas estão presentes nos estabelecimentos prisionais, disputando territórios na rua, sobretudo na capital e na região metropolitana, espaços onde existe a maior concentração de pessoas e o maior percentual de área urbanizada. As organizações que atuam no narcotráfico, tráfico de armas e contrabando utilizam rotas no Rio Amazonas, localizado na fronteira sudeste do Estado, ou mesmo meios de transporte rodoviário e aeródromos, utilizados no escoamento de drogas e produtos para o mercado consumidor internacional ou interno.

A violência policial, associada à incursão das facções, parecem ser responsáveis por parte das flutuações nas taxas de homicídios, e as maiores taxas encontradas em Macapá e Santana – que formam a área metropolitana do Estado – além de Oiapoque, município da fronteira. Os crimes ambientais e a violência praticada contra populações originárias nos territórios protegidos encontram-se fortemente associada ao garimpo, concentrando dinâmicas nos municípios localizados na região central e oeste do estado. No caso de Oiapoque, o garimpo ilegal estabelece relações importantes com a violência praticada contra mulheres, sobretudo indígenas ou provenientes dos centros urbanos para trabalhar no garimpo. Estas também vem a ser as principais vítimas de tráfico de pessoas, além de práticas de exploração sexual.

O relatório está dividido em 5 seções: a primeira seção destaca aspectos históricos, sociais e demográficos do estado; a segunda seção apresenta dados quantitativos sobre homicídios (taxas por 100 mil habitantes e taxas médias por município), além de dados sobre outros crimes praticados no Estado; a terceira seção analisa as dinâmicas de violência identificadas no estado, identificadas partir de dados quantitativos e qualitativos coletados no campo, buscando-se estabelecer a territorialização nos municípios. A quinta seção, por fim, considera as políticas de segurança pública no Estado, bem como aspectos relativos ao funcionamento das agências de segurança pública atuantes no Estado.

---

<sup>1</sup> Principalmente TIs (terras indígenas) e UCs (áreas de conservação)

## 2. ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS DO AMAPÁ

Apesar da ocupação do território remontar aos séculos XVI e XVII, período atravessado pela violência praticada pelos colonizadores europeus contra as populações indígenas e negras trazidas na condição de escravizados, bem como pelas disputas estabelecidas no domínio da fronteira norte<sup>2</sup>, a história do Amapá enquanto UF dotada de aparato político-governamental e institucional independente pode ser considerada relativamente recente. Originalmente parte do estado do Grão-Pará<sup>3</sup>, a incumbência deste à administração do Pará prolonga-se até a República, sendo finalizada com a criação do Território Federal do Amapá em 1943. Trata-se de um movimento centralizado, concebido como forma de acelerar o desenvolvimento econômico e combater focos de desnacionalização, a partir do discurso oficial de garantia da segurança da fronteira do país. O Estado do Amapá, enquanto UF, passa a existir apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Chmyz, Sganzerla, 2006; Custódio, 2016; Alves Junior, 2016; Silva 2017; Silva 2021).

Desde a década de 1960, a população passa a concentrar-se nos centros urbanos, processo que torna-se mais acelerado a partir de 1980, em razão dos movimentos migratórios para a sub-região amazônica. O modelo de urbanização do Amapá caracteriza-se pela apropriação da fronteira, intensificado pela ação articulada entre poder público e incursões de capital privado provenientes de grandes empreendimentos de extração mineral, que alteram substancialmente a paisagem, matriz econômica e relações de trabalho, bem como o próprio processo de urbanização e crescimento populacional do território. Pioneiras deste tipo de atividade na região amazônica, destacam-se empresas como a Indústria de Comércio de Minérios - ICOMI, concentrada na extração de manganês; a Caulim da Amazônia (CADAM), voltada ao caulim; a Companhia Ferro Ligas do Amapá, de cromo; além das diversas indústrias especializadas na extração de ouro, tais como Mineração Novo Astro, Mineração Yukio Yoshidome S/A e Mineração Água Boa (Oliveira, 2010).

O quadro delineado reflete-se no crescimento populacional acelerado entre os anos de 1997 e 2019, sendo o impacto é ainda maior nos municípios menos populosos. Além da migração motivada pela busca de emprego nas áreas de mineração, a implementação da Área de Livre Comércio em Macapá e Santana, em 1992, também é fator de relevância central ao processo de urbanização. A ação vem associada a uma série de investimentos e políticas de desenvolvimento no eixo Macapá-Santana, que atualmente concentra a maior parte da população e do território urbanizado do Estado. Destaca-se ainda a implementação do Plano

---

<sup>2</sup> O Tratado de Utrecht (1713), firmado entre Portugal e França, reconhece o domínio do primeiro sobre a região; entretanto, ao final do século XIX, após a invasão armada francesa (1895) a disputa sobre o domínio da fronteira se encerra com a intermediação da Suíça, restringindo a dominação colonial francesa ao norte do estado, na região da Guiana Francesa (Silva, 2021).

<sup>3</sup> Desde o século XVII, o território do Amapá pertencia à capitania Cabo Norte, compondo, juntamente com o Maranhão, o estado do Grão-Pará (Silva, 2017).

de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), que em 1995 determina a criação de grandes áreas de conservação e preservação ambiental. As áreas de conservação (UCs), juntamente com a demarcação de terras indígenas (TIs), assentamentos e quilombos, ocupam a maior parte da extensão territorial do Amapá. Este será um foco de tensionamentos importantes, já que oferece barreiras à exploração por parte de empreendimentos e produtores/garimpeiros locais, precipitando a violência praticada, sobretudo, contra as populações locais e tradicionais (Santos, 2012).

Neste aspecto, estima-se que mais de 60% (8,8 mi ha) do território amapaense é ocupado por UCs; 8,5% (1,18 mi ha) por TIs; 8% (1,15 mi ha) por projetos de assentamento e 0,1% (15 mil ha) por territórios quilombolas. Os imóveis privados correspondem a cerca de 3% (402 mil ha) do território, enquanto que as áreas não destinadas correspondem a cerca de 18% (mais de 2,5 mi de ha). Em relação a estas, cerca de 60% das áreas não destinadas (1,5 mi ha) possuem prioridade de conservação, classificadas inclusive como de importância biológica e social extremamente alta. Mais de 70% das terras não destinadas pertencentes à União estão sem repasse, o que facilita as práticas de grilagem a partir da compra de terras por preços irrisórios, bem como a expulsão e as diversas formas de violência praticadas contra as populações locais.

Em termos sociodemográficos, o Amapá é um Estado de tamanho relativamente médio (142470,762 km<sup>2</sup>) e fronteiro, estabelecendo divisa internacional com o Suriname e Guiana Francesa (França/União Europeia), e nacional com o Pará. O território é pouco povoado, sendo a população estimada em 877.613 hab. (2021) e a densidade demográfica em 4,69 hab./km<sup>2</sup>, superando em poucos pontos percentuais a média regional, avaliada em 4,12 hab/km<sup>2</sup>. Segundo o último levantamento do IBGE (2010), a faixa etária dos 0 aos 14 anos é a mais representativa da população (33,11%), superando a média da região Norte (31,21%). A segunda faixa etária mais representativa é a de adultos com idades de 30 a 59 anos (31,01%), seguida de jovens de 15 a 29 anos (30,70%). Além de jovem, a população do Amapá é majoritariamente negra<sup>4</sup> (73,94%) e urbana (89,77%) - ambos os percentuais destacam-se por superar as médias estimadas para a região Norte<sup>5</sup>. A população amapaense está distribuída em 16 municípios; esta, contudo, encontra-se majoritariamente concentrada na conurbação urbana Macapá-Santana.

Em relação à renda e desigualdade, segundo dados do IBGE (2010), a média do rendimento mensal domiciliar per capita é de R \$1.177,00. A desigualdade, medida a partir do Índice de Gini, acompanha os valores da região Norte, sendo ambos avaliados em 0,52. O percentual de pessoas pobres é de 39,62%, pouco abaixo da média regional. Por outro lado, o Amapá caracteriza-se pelo percentual considerável de pessoas vivendo em aglomerados subnormais (21,58%), superando a média da região Norte (17,28%). Em termos de renda e trabalho, a taxa de desocupação de pessoas com 14 anos ou mais é avaliada em 13,3 pessoas por 100 mil hab., superando a taxa regional de 8,1. Ainda assim, o rendimento médio real é de 2424, superior ao valor médio para os estados da região Norte (2195). Finalmente, a respeito

---

<sup>4</sup> Segundo o IBGE (2010) 8,71% da população é formada de pretos e 65,23% de pardos, totalizando 73,94%.

<sup>5</sup> Em relação à região Norte, estima-se que 73,53% da população negra e 73,53% urbana.

do exercício do direito à educação, a taxa estimada de pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto é de 37404,5 pessoas por 100 mil hab., que é inferior à taxa para a região norte (45113,3 pessoas por 100 mil hab.).

Finalmente, em relação à matriz econômica, o Amapá é um estado pouco industrializado, sendo a economia fortemente concentrada no setor terciário. De acordo com o Sistema de Contas Regionais do IBGE (2020), o setor de serviços é responsável por 85,6% do valor adicionado bruto a preços correntes em 2020; a indústria responde apenas por 12,4%, e a agropecuária, por apenas 1,97%. Na agricultura, o destaque é o de produção florestal, pesca e aquicultura (0,8%), na indústria, a transformação (4,8%); nos serviços, a administração pública e seguridade social (48%)<sup>6</sup>.

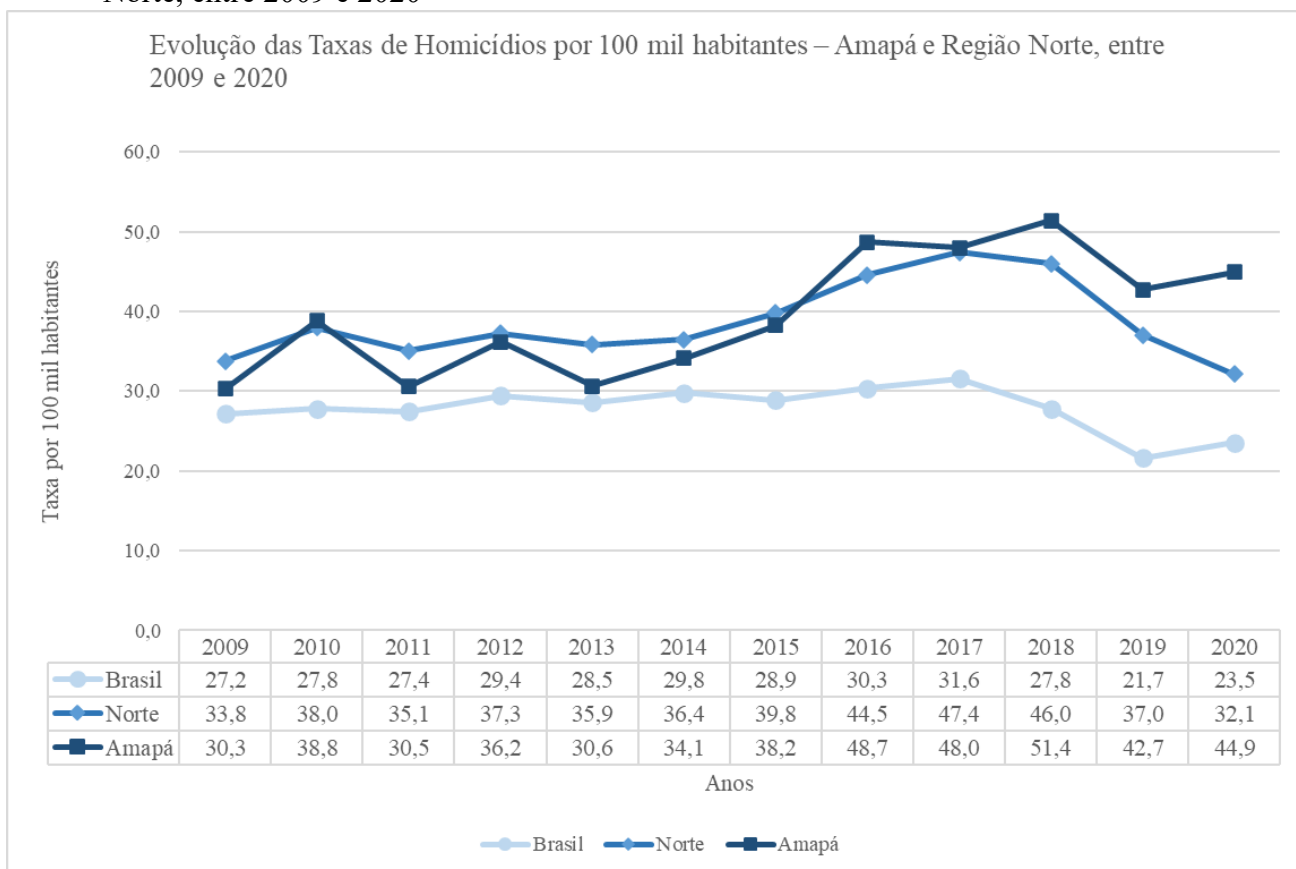
### 3. HOMICÍDIOS

Em pouco mais de uma década, o Amapá experimentou evolução na taxa de homicídios, passando de 38,8 hom./100 mil habitantes em 2010, para 44,9 hom./100 mil habitantes em 2020, acumulando uma variação de 48,8% em termos absolutos. Desde 2016, o Estado apresenta taxas superiores às da Região Norte e do Brasil, conforme demonstrado no Gráfico 1 e na Tabela 1. O Amapá atingiu o pico de violência letal em 2018, registrando 51,4 homicídios por 100 mil habitantes, mais de 20 p.p. acima da taxa nacional para o mesmo ano, sugerindo a irrupção de dinâmicas de violência importantes. Em 2020, último ano da série histórica analisada, cerca de 68,5% dos homicídios (números absolutos) foram registrados na capital Macapá. A maior taxa neste ano, contudo, foi verificada na cidade de Pracuúba, com 57,2 homicídios por 100 mil habitantes.

---

<sup>6</sup> IBGE (2022). **Sistema de Contas Regionais**. Brasil/Amazonas. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pesquisa/10060/60147>>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

**Gráfico 1** - Evolução das Taxas de Homicídios por 100 mil habitantes – Amapá e Região Norte, entre 2009 e 2020



**Fonte:** SIM/MS; IBGE. **Elaboração:** DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

**Tabela 1** – Evolução de Homicídios em Números Absolutos e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes – Amapá, entre 2009 a 2020

Amapá												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Números Absolutos	190	260	209	253	225	256	293	381	383	426	361	387
Taxa Homicídios (Hom/100 mil hab)	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	42,7	44,9

**Fonte:** SIM/MS; IBGE. **Elaboração:** DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

A respeito da distribuição intra territorial da violência letal, em relação ao último triênio (2018 e 2020), 3 municípios destacam-se em decorrência das altas taxas médias de homicídios: Macapá (52,85 homicídios por 100 mil habitantes) desponta como município de maior incidência média de homicídios, seguida de Santana (50,81), sendo este município que se encontra em processo de conurbação urbana com o primeiro, formando a região metropolitana do estado. Ocupando a terceira posição, Oiapoque (46,45), localizado ao extremo norte do Estado e do País, na fronteira do Amapá com o Suriname e a Guiana Francesa. Os três municípios pertencem a faixa de maiores taxas médias de homicídios no último triênio (Grupo IV, Tabela 2).

**Tabela 2** – Grupos de Municípios por Taxa Média de Homicídios por 100 mil habitantes – Amapá, triênio 2018 e 2020

<b>Grupos de Municípios por Taxa Média de Homicídios (2018-2020)</b>		
	<b>Intervalo/Taxa Média de Homicídios por 100 mil hab.</b>	<b>Municípios</b>
Grupo I	8,08	Pedra Branca do Amapari (8,08)
Grupo II	12,35 a 22,29	Serra do Navio (12,35); Amapá (18,3); Mazagão (20,03); Vitória do Jari (20,92); Cutias (22,29)
Grupo III	26,99 a 39,45	Calçoene (26,99); Tartarugalzinho (28,88); Laranjal do Jari (30,42); Pracuúba (32,55); Ferreira Gomes (34,28); Itaubal (36,34); Porto Grande (39,45)
Grupo IV	46,45 a 52,85	Oiapoque (46,45); Santana (50,81); Macapá (52,85)
Grupo V	Sem municípios	Sem municípios

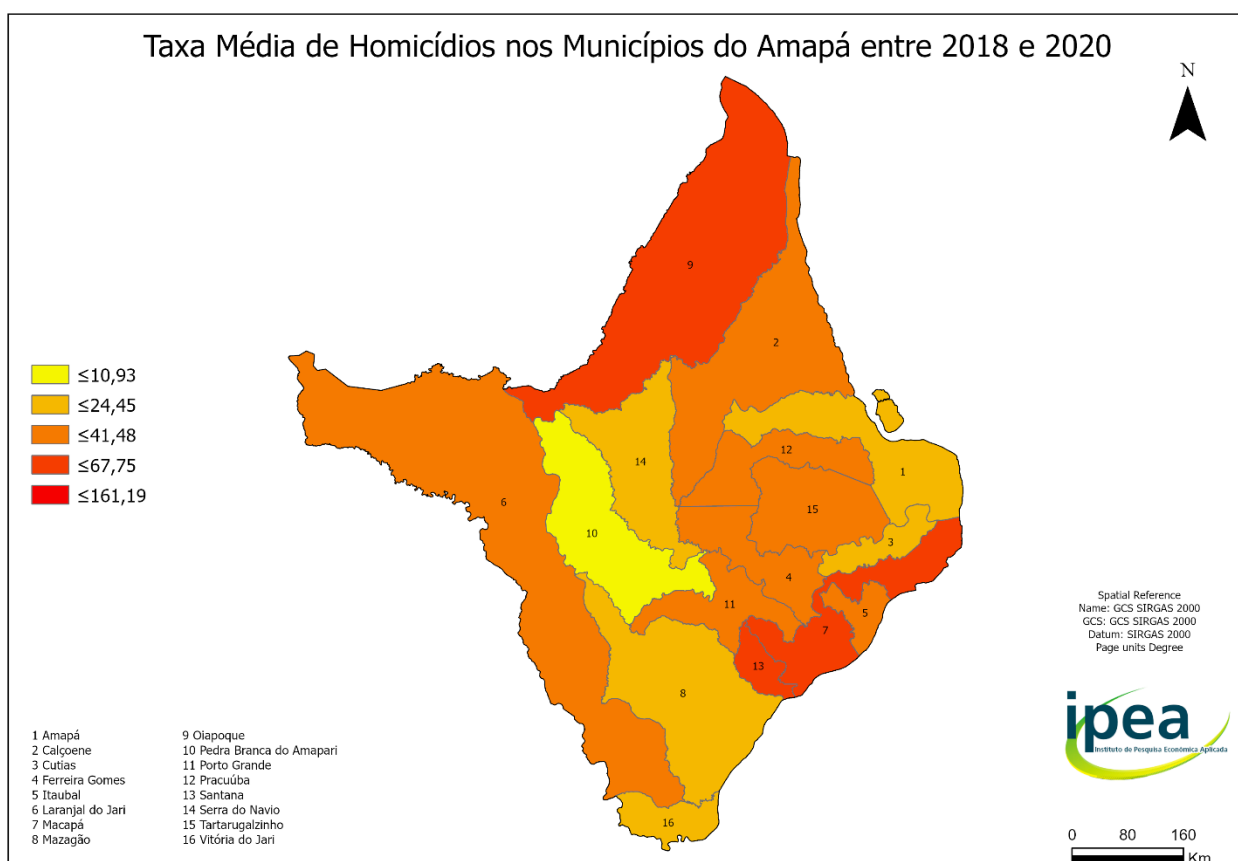
**Fonte:** SIM/MS; IBGE. Elaboração DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

Veja-se que o agrupamento (Tabela 2) não inclui municípios amapaense em faixas de violência extrema (Grupo V), indicando que as dinâmicas de violência letal no Amapá são processos concentrados em territórios específicos, sobretudo no eixo Macapá-Santana. A maior parte dos homicídios registrados ocorre, portanto, na área mais populosa e urbanizada do estado (eixo Macapá-Santana), que concentra em torno de 73,8% da população, e 84% dos eventos letais do último triênio, totalizando 983 ocorrências. É possível perceber uma diferença relevante destes em relação à Oiapoque, que, apesar de ser o terceiro município com maior taxa média de homicídios entre 2018 e 2020 (46,5 hom./100 mil habitantes), registra apenas 38 homicídios nos últimos três anos, o equivalente a 3,24% dos eventos do todo o Estado do Amapá.

Porto Grande (39,45), Itaubal (36,34), Ferreira Gomes (34,28), Pracuúba (32,55), Laranjal do Jari (30,42), Tartarugalzinho (28,88) e Calçoene (26,99) compõem o segundo grupo de maior incidência de homicídios (Grupo III). A proximidade destes com outros municípios importantes pode estar relacionada ao espraiamento das dinâmicas de violência para estes

espaços. Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba e Calçoene, apesar de não integrarem a região metropolitana, localizam-se na extensão de Macapá e Santana, até o Oiapoque (norte). Ocupam, assim, a porção central e leste do Estado, com saída para o Oceano Atlântico, realizada pelo município de Calçoene. O município de Laranjal do Jari, por fim, localizado ao extremo oeste do Amapá, estabelece divisa com o estado do Pará (oeste) e a Guiana Francesa (norte).

Mapa 1 – Taxa Média de Homicídios por Município - Amapá, entre 2018 e 2020



**Fonte:** SIM/MS; IBGE. **Elaboração:** DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

A respeito de demais crimes, as taxas mais representativas parecem estar relacionadas ao tráfico de drogas, armas e conflito de facções, mortes decorrentes de intervenção policial, violência contra a mulher e dinâmicas de violência na fronteira. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em relação a outros crimes, destaca-se no contexto do Amapá as mortes decorrentes de intervenção de policiais, que atingem 17,1 mortes por 100 mil habitantes, mais de 15 p.p. acima da taxa nacional (2,9). Também adquirem relevância os crimes de tentativa de feminicídio (6,4), e homicídios dolosos (5,2) e tentativas de homicídio doloso envolvendo mulheres (16,4), e violência doméstica (283,0), este último mais de 50 p.p. acima da taxa



nacional. Outro destaque de maior relevância são os crimes de estupro (17,9) e tentativa de estupro (17,9), e estupro de vulnerável (42,6) e tentativa de estupro de vulnerável (5,6). O quadro sugere um recorte de violência de gênero importante, especialmente no que diz respeito à violência doméstica e à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes<sup>7</sup>. Estes e outros elementos relativos às dinâmicas de violência serão abordados em maior detalhe na próxima seção.

## **4. DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA**

A violência no Amapá está associada à atuação das facções criminosas e a violência policial, presentes nos estabelecimentos prisionais e disputando territórios na rua, na capital e nas áreas urbanizadas. Também, a violência de gênero, praticada, sobretudo, na fronteira norte, praticada contra mulheres indígenas e mulheres atraídas para as atividades do garimpo ilegal. Além disso, o território é atravessado por dinâmicas associadas à expansão da fronteira agrícola e à invasão de áreas de proteção ambiental e terras indígenas para a extração ilegal de madeira e o garimpo. Este último adquire uma importância destacada na região, que se caracteriza pela presença de importantes depósitos minerais, historicamente explorados por grandes empreendimentos que, ao encerrarem suas atividades, abrem margem à entrada do garimpo ilegal e às incursões de novo atores, inclusive, envolvidos com criminalidade organizada.

Na conurbação Macapá-Santana destacam-se as dinâmicas de violência associadas ao tráfico de drogas e da atuação das facções, bem como a violência policial e uso da força letal. Estas manifestam-se a partir de sobretaxas em relação à média nacional, bem como flutuações em consequência das dinâmicas de guerra e paz estabelecidas nos territórios. Estas muitas vezes acabam adentrando os municípios do entorno, localizados no centro e leste do Estado, bem como no Vale do Jari (Laranjal do Jari e Vitória do Jari). Um importante vetor neste sentido parece ser a BR-156, que interliga todo o território. Calçoene, também por ser um município com saída para o oceano, pode figurar como ponto de escoamento de drogas e produtos. A violência também está fortemente associada aos crimes ambientais – tais como o garimpo e a extração de madeira ilegal para venda ou produção do agronegócio - e a consequente prática de violência contra as populações assentadas ou que habitam áreas protegidas. Estas verificam-se sobretudo na fronteira norte, em Oiapoque, mas também nos demais municípios de forma esparsa. Na presente seção, analisam-se aspectos relativos a cada uma destas circunstâncias.

### **4.1. Tráfico de Drogas e Facções Criminosas**

A região Norte do Brasil adquire papel relevante nas rotas internacionais do tráfico de drogas. Isso se deve à proximidade com áreas produtoras de cocaína (Bolívia, Colômbia e

---

<sup>7</sup> Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>.

Peru), modificações nas políticas repressivas dos países e na presença crescente das facções de abrangência internacional. A instalação da Força Aérea Brasileira (SIVAM), em 2002, e a regulamentação da Lei do Abate, em 2004, são responsáveis pelo incremento na capacidade do Estado em combater o tráfico internacional de drogas por vias áreas, desviando parte do fluxo para rotas alternativas, sobretudo fluviais e terrestres. A hipótese é de que estas circunstâncias estariam relacionadas ao crescimento das taxas de homicídios de municípios menores atravessados por essas rotas, e o conseqüente processo de “espraiamento” da violência (Soares, Perreira e Pucci, 2021)<sup>8</sup>.

A cocaína produzida nos países andinos adentram o território brasileiro a partir da tríplice fronteira na região do Alto Solimões, sendo transportada pelos afluentes do Rio Amazonas até chegar aos portos com saída no Atlântico, servindo ao mercado consumidor interno e internacional, sobretudo os países da Europa, África e Estados Unidos. A foz do Rio Amazonas banha o trecho sul do Amapá, em especial, a região da Boca do Jari, Mazagão, e Macapá-Santana, onde localiza-se o Porto Santana e o Aeroporto Internacional de Macapá, tratando-se, assim, de percurso possivelmente mobilizado para o transporte da droga (Kenny, 2007; Paiva, 2018; Soares, Perreira e Pucci, 2021). A utilização das rotas provenientes da tríplice fronteira é reforçada pelas autoridades entrevistadas no estado, bem pelos mapeamentos do CdE (2022)<sup>9</sup>, nos quais o Amapá figura como ponto de distribuição da cocaína de origem andina para abastecimento do mercado consumidor externo, pela via marítima.

Além das rotas de cocaína, existem influxos de tráfico de maconha, também provenientes da tríplice fronteira, que servem ao abastecimento do mercado externo e interno brasileiro. O Amapá figura como ponto/enclave a partir do qual estende-se diferentes rotas de distribuição, direcionadas ao Pará com destino aos estados do Nordeste e Centro-Oeste, como Maranhão-Piauí-Ceará, e Maranhão-Tocantins-Goiás (CdE, 2022)<sup>10</sup>. Autoridades locais entrevistadas reforçam essas relações, apontando a importância das rotas de tráfico de maconha proveniente da cidade de Santarém (PA) e armas e entorpecentes provenientes da Ilha de Marajó (PA). As notícias levantadas também dão conta de rotas aéreas atravessando os municípios de Macapá (aeródromo regular)<sup>11</sup> e Calçoene, onde inclusive foram encontrados os destroços de uma aeronave utilizada para o tráfico de entorpecentes<sup>12</sup>. Também, as rotas estabelecidas com os

---

<sup>8</sup> Soares, Perreira e Pucci. **Ilegalidade e Violência na Amazônia**. Amazônia 2030: 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relato%CC%81rio-AMZ-2030-26.pdf>

<sup>9</sup> Centro de Excelência para Redução da Oferta de Drogas Ilícitas. **Dados**. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em 11/03/2022.

<sup>10</sup> Centro de Excelência para Redução da Oferta de Drogas Ilícitas. **Dados**. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em 11/03/2022.

<sup>11</sup> G1. **PF prende ex-deputado Isaac Alcolumbre em operação contra tráfico internacional de drogas no Amapá**. Publicado em 20/10/2021. Acesso em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/20/pf-cumpre-73-mandados-em-9-estados-em-operacao-contra-trafico-internacional-de-drogas.ghtml>.

<sup>12</sup> Governo Federal, Polícia Federal. **PF cumpre 73 mandados em ação contra tráfico internacional de drogas no Amapá**. Publicado em 20/09/2021. Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/10/pf-cumpre-73-mandados-em-acao-contra-trafico-internacional-de-drogas-no-amapa>.

estados do Sudeste e Centro-Oeste, tais como Mato Grosso<sup>13</sup>, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

Vale destacar que apesar de existirem dados indicando baixa quantidade de apreensões em pontos estratégicos de escoamento, como o Aeroporto e o Porto localizados nos municípios da região metropolitana (CdE, 2022), este figura como um dos estados com maiores taxas de registro de boletins de ocorrência relacionados ao tráfico de drogas (taxa de 84 registros para cada 100 mil habitantes), ficando apenas atrás do Mato Grosso e Rondônia (R. S. Lima & Bueno, 2022). O cenário pode ser considerado um reflexo da fiscalização baixa ou ineficiente, ou então a existência de rotas alternativas para outras localidades. Ainda em termos de apreensão, além de cocaína e maconha, o Amapá também registra uma quantidade considerável de apreensão de drogas sintéticas em grandes quantidades pela Polícia Federal, no período mais recente (CdE, 2022).

Outra rota importante, destacada na literatura (Soares, Perreira e Pucci, 2021; R. S. Lima & Bueno, 2022) e nas notícias levantadas envolve o tráfico de drogas, armas, pessoas e contrabando entre Oiapoque e Macapá. A rodovia federal BR-156, cruzando o território do estado de Norte a Sul, é utilizada para esta finalidade: partindo do Laranjal do Jari, na divisa do Pará, ela estende-se até Oiapoque, ao norte do estado, na fronteira com a Guiana Francesa. A partir deste ponto, estende-se um trecho que 552 km que interligam os municípios de Oiapoque e Macapá, atravessando os municípios de Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Porto Grande, chegando em Macapá, e seguindo por mais 271 km até Laranjal do Jari. Apenas o trecho entre Macapá e Calçoene é asfaltado, sendo o restante da superfície de terra. O projeto de asfaltamento dura há mais de 40 anos.<sup>15</sup> Junto à BR-156 (Oiapoque), existe ainda a BR-210 (Macapá). Os municípios atravessados ou localizados na beira da estrada de ambas as rodovias registram taxas médias de homicídios altas para o contexto regional.

A respeito dos coletivos criminais, as fontes indicam atuação mais contundente do Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), União do Crime do Amapá (UCA), Amigos para Sempre (APS), Família Terror do Amapá (FTA), Comando Classe A (CCA) e a Cartel do Norte (CN), antiga Família do Norte. Além destas, registra-se a presença de grupos criminosos internacionais da fronteira Norte (por exemplo, o Prاناتو), evidenciando a importância das conexões de rotas com o Pacífico a partir do Suriname e da Guiana Francesa. As fontes dão conta de um cenário de proeminência de atuação da APS e FTA, que estabelecem consórcio durante muitos anos, sendo a FTA aliada ao PCC. Em 2020, estimava-se que o maior

---

<sup>13</sup> G1. **Duas mulheres são presas no aeroporto do AP com 71 quilos de maconha transportados do MS.**

Publicado em 23/11/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/11/23/duas-mulheres-sao-presas-no-aeroporto-do-ap-com-71-quilos-de-maconha-transportados-do-ms.ghtml>

<sup>14</sup> Metrôpoles. **“Imperador” do tráfico em Amapá é investigado por mais de 100 mortes.** Publicado em:

15/10/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/imperador-do-trafico-em-amapa-e-investigado-por-mais-de-100-mortes>

<sup>15</sup> G1. **Pavimentação da BR-156 deve melhorar tráfego de pessoas e escoamento de produtos no Amapá.**

Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/24/pavimentacao-da-br-156-deve-melhorar-trafego-de-pessoas-e-escoamento-de-produtos-no-amapa.ghtml>. Publicado em 24/11/2021. Acesso em 14/12/2022.

contingente de filiados pertencia ao consórcio FTA-APS<sup>16</sup>, totalizando em torno de 7.000 faccionados; atualmente, uma das autoridades entrevistadas estima que a fusão entre FTA e APS conta com 12 mil integrantes. Registra-se ainda a migração de dissidentes entre as facções, o estabelecimento de acordos de paz e alianças, bem como as conexões com células de outros estados da região Norte, tais como o Pará e o Amazonas, além de lideranças foragidas que atuavam em outras localidades, no Sudeste<sup>17</sup> e Sul do país<sup>18</sup>.

A ação das facções é um dos motivos para o Amapá atualmente figurar entre os estados mais violentos do país. Em 2021, foi noticiado o afloramento de disputas entre a APS e a FTA, fato que é associado ao pico de homicídios em outubro, novembro e dezembro do mesmo ano por um dos interlocutores entrevistados. A FTA figura como um dos atores importantes na disputa de territórios e produção de violência homicida, além da prática de crimes conexos para o sustento das atividades. Ilustrando o cenário, aponta-se que uma das lideranças da FTA, Alberto Magno da Silva Lobato, o “Imperador”, preso no Rio de Janeiro, é investigado como mandante de mais de 100 homicídios na região Norte<sup>19</sup>. Por outro lado, diversos interlocutores entrevistados reforçam que muitos casos de violência, atribuídos pela mídia, autoridades locais e redes sociais à atividade das facções, não são, de fato, ligados a elas. Tal circunstância está intimamente relacionada com violência policial: nesse sentido, diversos interlocutores referem-se à recorrência com que suspeitos por roubos, mortes por intervenção policial, são registrados como “fatalidades” ou “intercorrências” de atividades de combate às facções.

A maior incidência de homicídios associados ao tráfico e confrontos com a polícia ocorre no eixo Macapá-Santana e cidades da região metropolitana, tais como Porto Grande. Além das rotas, estes são os municípios onde localizam-se os estabelecimentos penais e de custódia onde as lideranças das facções encontram-se presas. O tráfico de drogas é operacionalizado de dentro dos presídios, onde as lideranças das facções continuam comandando as ações na rua, bem como aliciando novos integrantes para o coletivo. Segundo autoridades entrevistadas, a desigualdade social, a miséria e a falta de oportunidades atraem adolescentes e jovens para o tráfico de drogas e prática de roubos. Várias notícias sugerem que o combate ao tráfico de drogas concentra-se em bairros da capital, como Perpétuo Socorro, Cidade Nova<sup>20</sup>, Jardim

---

<sup>16</sup> G1. **Líder de facção criminosa preso no RJ captava novos integrantes e determinava quem morria no AP.** Publicado em 14/10/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/14/lider-de-facciao-criminosa-presno-no-rj-captava-novos-integrantes-e-determinava-quem-morria-no-ap.ghtml>.

<sup>17</sup> G1. **Comando à distância: foragidos por chefiar facção no Amapá são presos em operação no RJ.** Publicado em 14/03/2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/03/14/comando-a-distancia-foragidos-por-chefiar-facciao-no-amapa-sao-presos-em-operacao-no-rj.ghtml>

<sup>18</sup> Revista Plural Curitiba. **Os cinco maiores traficantes presos em Curitiba no último ano (e o que eles têm em comum).** Publicado em 29/06/2022. Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/os-cinco-maiores-trafficantes-presos-em-curitiba-no-ultimo-ano-e-o-que-eles-tem-em-comum/>.

<sup>19</sup> Metrôpoles. **“Imperador” do tráfico em Amapá é investigado por mais de 100 mortes.** Publicado em 15/10/2021. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/imperador-do-traffic-em-amapa-e-investigado-por-mais-de-100-mortes>

<sup>20</sup> Polícia Civil do Amapá. **Em Macapá, a Polícia Civil prendeu três integrantes de organização criminosa em flagrante por tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.** Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/noticia/1705/em-macapa-policia-civil-prende-tres-integrantes-de-organizacao-criminosa-em-flagrante-por-traffic-de-drogas-e-associacao-para-o-traffic-de-drogas>. Publicado em 17/05/2022.

Marco Zero, Universidade, Congós, Buritizal, Macapaba, Jardim Felicidade Muca<sup>21</sup>. Referem, ainda, que as zonas “de ressaca” da região metropolitana apresentam dificuldades para o trabalho de policiamento, pois as pontes não permitem a condução de rondas policiais.

Além disso, Macapá e Santana estavam no centro da guerra instaurada entre APS e FTN em maio de 2021, quando dezenas de pessoas foram mortas em decorrência do rompimento, sendo as mortes ordenadas a partir do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá, o IAPEN. A onda de assassinatos é deflagrada após a morte do filho de um líder de facção<sup>22</sup>; na semana após o evento, diversas pessoas foram mortas em bairros da Zona sul da capital (Conjunto Habitacional Jardim Açucena, Congós, em área de pontes, Buritizal, Muca) e da Zona Norte (Jardim Felicidade 2, Conjunto Macapaba)<sup>23</sup>. Além de Macapá e Santana, outros municípios de destaque seriam aqueles que compõem o Vale do Jari: em 2022, diversas notícias de prisões realizadas nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari indicam a presença violência facções, e inclusive com a instalação de tribunais do crime<sup>24</sup>.

A força das facções é reforçada a partir dos desdobramentos de diversas investigações. Destaca-se a Queda da Bastilha (2020), deflagrada em conjunto pela PF-AP e GAECO/MP-AP, que apontou o envolvimento de um contingente de autoridades públicas e servidores do IAPEN, com distribuição de armas, munição, drogas e celulares, além do assassinato de suspeitos de envolvimento nos esquemas e de pessoas presas<sup>25</sup>. A Operação Vikare (2021) também demonstra a sofisticação das organizações no território, apontando lavagem de dinheiro, bem como a disponibilidade de recursos tais como equipes de pilotagem de aeronave, atuando em aeródromos particulares<sup>26</sup>. Finalmente, a Operação Addams (2022)<sup>27</sup>, que detalhou o comando de ações de faccionados de dentro do IAPEN, suspeitos de ordenar homicídios, roubos e as atividades do tráfico, além do envolvimento da facção nas eleições para deputados federais em favor de um candidato para atender aos interesses do grupo<sup>28</sup>.

---

<sup>21</sup> Polícia Civil. **'Delivery': grupo que vendia drogas por redes sociais é alvo de operação da PF no Amapá.**

Disponível em:

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/09/delivery-grupo-que-vendia-drogas-por-redes-sociais-e-alvo-de-operacao-da-pf-no-amapa.ghtml>. Publicado em 09/10/2021.

<sup>22</sup> G1. **'Efeito dominó', diz polícia sobre conflito de facções que provocou quase 10 homicídios em 16 horas.**

Disponível em

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/14/efeito-domino-diz-policia-sobre-conflito-de-faccoes-que-provocou-quase-10-homicidios-em-16-horas.ghtml>. Publicado em 14/09/2020.

<sup>23</sup> A Gazeta. **Confronto entre facções rivais deixa 9 mortos no Amapá.** Disponível em

<https://agazetadoamapa.com.br/noticia/11241/confronto-entre-faccoes-rivais-deixa-9-mortos-no-amapa>. Publicado em 13/09/2020.

<sup>24</sup> Sales Nafes. **Líderes do tráfico no vale do jari são presos.** Disponível em

<https://selesnafes.com/2022/10/lideres-do-trafico-no-vale-do-jari-sao-presos/>. Publicado em 06/10/2022.

<sup>25</sup> G1. **PF e MP detalham investigação no Iapen: 'laudos médicos fraudulentos e esquema da tornozeira eletrônica.** Publicado em 19/09/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/09/19/pf-e-mp-detalham-investigacao-no-iapen-laudos-medicos-fraudulentos-e-esquema-da-tornozeira-eletronica.ghtml>. Acesso em 07/10/2021.

<sup>26</sup> <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/20/pf-cumpre-73-mandados-em-9-estados-em-operacao-contratrafico-internacional-de-drogas.ghtml>

<sup>27</sup> <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/21/policia-federal-deflagra-operacao-addams-no-amapa.ghtml>

<sup>28</sup> G1. **Facção que ordenava crimes do presídio e planejava eleger candidato é alvo de operação no Amapá.**

## 4.2. Garimpo Ilegal e Violência contra População Indígena

Amapá é um estado de grande geodiversidade e potencial de exploração mineral, sobretudo na região oeste, em decorrência da presença de jazidas de manganês, ouro, caulim e granito. Os depósitos vêm sendo explorados desde a década de 50, a partir da atuação de grandes empresas mineradoras, tais como a Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), que atuava na extração de manganês na região da Serra do Navio, além da garimpagem de ouro em outros pontos do Estado, em especial, nos municípios de Oiapoque e Calçoene. Atravessando seu ápice, a atividade enfrenta períodos de declínio e incremento, em decorrência da exaustão superficial das reservas, levando à quebra e ao abandono de plantas industriais, processo que abre margem à instalação de garimpos artesanais/ilegais nas valas dos empreendimentos abandonados. Apesar disso, em panorama mais recente, a mineração parece ganhar novo fôlego em decorrência da descoberta de novos veios auríferos, motivando a vinda de uma nova leva de garimpeiros de diferentes regiões do Brasil, bem como o investimento por parte do setor empresarial e industrial (OLIVEIRA, 2010).

Assim, apesar dos avanços das empresas mineradoras, a atividade enfrenta flutuações e períodos de declínio. Nos últimos 50 anos, 7 grandes plantas industriais de mineração encerraram as atividades, restando atualmente 2 plantas em atividade – a Beadell Brasil Ltda, em Pedra Branca do Amapari, e a CADAM S/A, em Vitória do Jari e Laranjal do Jari – bem como outras três em fase de implementação<sup>29</sup>. Este cenário abre as portas para a implantação dos garimpos ilegais, sobretudo nas zonas marginais aos distritos mineiros, especificamente em áreas bloqueadas pelo RENCA, nas TIs e UCs (c, 2022). O extrativismo exploratório levado a cabo a partir da garimpagem ilegal é atividade geradora de grande impacto ambiental e conflito fundiário, de difícil controle por parte das instituições fiscalizadoras, traduzindo-se na geração de considerável passivo socioambiental e violência. Além do desmatamento da densa, destaca-se ainda o assoreamento, o desvio e a contaminação do leito de rios, os quais refletem-se sobre populações originárias que habitam as localidades, sobretudo, aquelas que apresentam resistência à pressão (Brito, 2020; Rauber, 2020; Rauber & Palhares, 2022; Silva, 2005).

O domínio da atividade no estado esbarra nas restrições impostas pelas delimitações de áreas de preservação ambiental. Estima-se que em 2008 em torno de 60,6% do território era formado por unidades de conservação, sendo as maiores delas o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que corresponde a 26,81% do território do estado, e a Floresta Estadual (FES) do Amapá, respectivamente, 16,65% do território (Drummond et al., 2006). O tensionamento decorrente do conflito de interesses exploratórios e de conservação é evidenciado na medida em que em torno de 44,44% (236) dos 531 processos minerários

---

Publicado em 21/02/2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/21/policia-federal-deflagra-operacao-addams-no-amapa.ghtml>

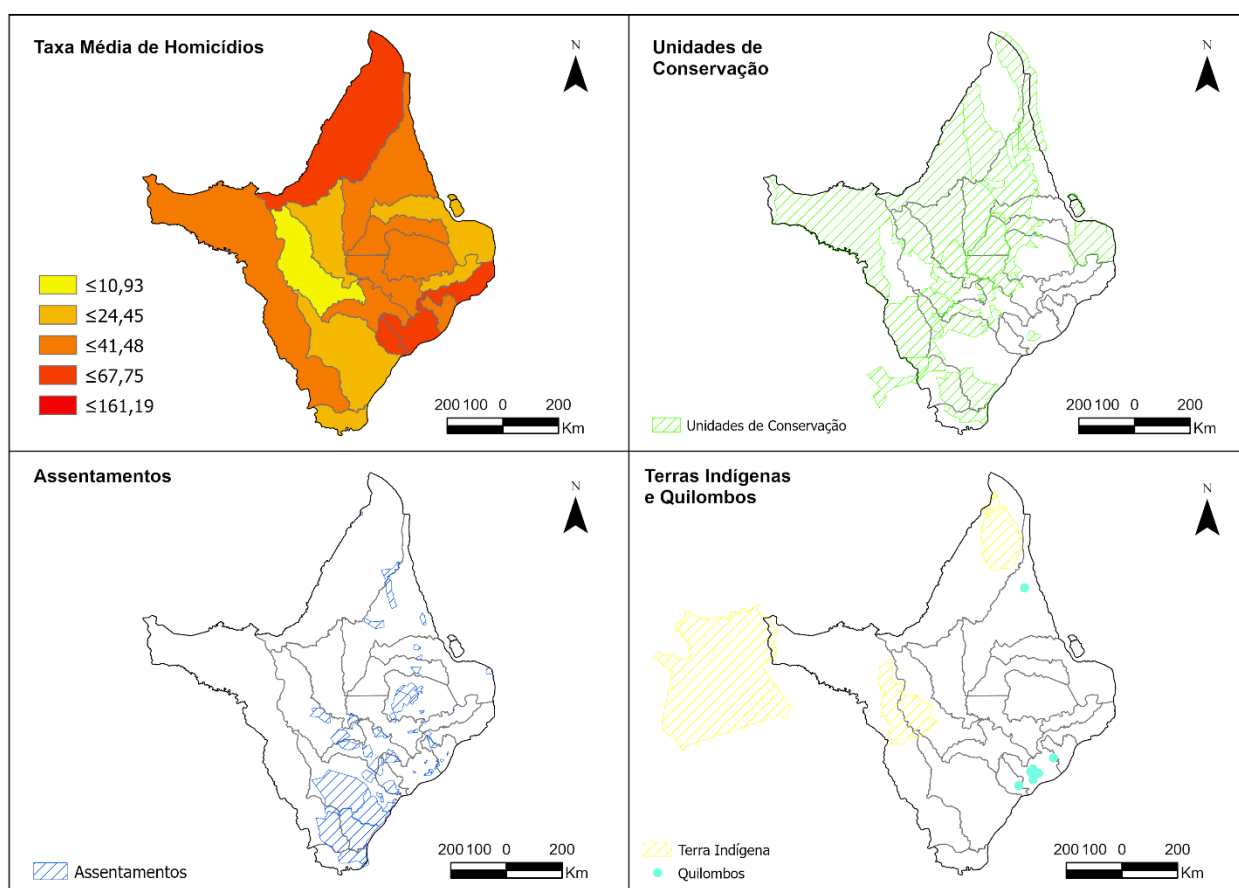
<sup>29</sup> Além destes, em 2019, também é possível registrar oito garimpos ativos no DNPM – muitos deles instalados sobre antigas plantas industriais inativas, ou então nas bordas dos distritos mineiros - além de outras dezenas de garimpos inativos.



atualmente em curso.<sup>30</sup> encontram-se paralisados por estarem localizados em “áreas bloqueadas” - isto é, localizadas em Unidades de Conservação Integral, ou então, Terras Indígenas. Neste aspecto, as principais atividades minerárias, com títulos de exploração, registradas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, entre os anos de 1989 e 2010, localizam-se em áreas de floresta (Rauber & Palhares, 2022).

Além da violência contra as populações indígenas, existe a violência praticada no interior dos maiores empreendimentos de garimpo ilegal, sobretudo contra as famílias empregadas na atividade. No caso do Amapá, a partir do mapeamento de notícias, relatos de interlocutores e literatura, é possível identificar três focos de concentração destas dinâmicas: ao oeste do Estado, nos municípios de Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari; no centro, em Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho; e ao norte, em Oiapoque e Calçoene.

**Mapa 2 – Taxa Média de Homicídios por Município, considerando UCs, Tis e Quilombos, e Assentamentos - Amapá, entre 2018 e 2020**



**Fonte:** SIM/MS; IBGE. Elaboração DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

<sup>30</sup> Isto é, que encontram-se em fase de requerimento de pesquisa.

A violência identificada no eixo oeste parece estar associada às invasões possessórias e à exploração ilegal de recursos pelo garimpo sobre os territórios indígenas. Em relação às 60 TIs do Amapá, identifica-se o avanço do desmatamento em pelo menos três delas: Parque Indígena do Tumucumaque, e as Terras Indígenas de Wajãpi e Uiaça I e II (2021). Segundo o levantamento do Instituto Socioambiental (ISA, 2022), as terras indígenas que se encontram sob pressão e potencial risco de violência relacionada à exploração de recursos garimpeiros são as TI de Tumucumaque, situada em Laranjal do Jari (AP); TI Wajãpi, localizada entre Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari (AP); TI Uaçá I e II e a TI Juminá, localizadas em Oiapoque (AP), onde destaca-se a mineração de ouro (CIMI, 2018, 2019, 2020). Ainda assim, poucos são os casos de violência contra a população indígena que chegam ao conhecimento das autoridades públicas e da grande mídia. A plataforma CACI, sistematizada pelo CIMI e pela CPT, é capaz de registrar apenas 6 casos de mortes violentas praticadas contra povos indígenas entre 2008 a 2019, sendo 5 deles praticados contra pessoas dos povos indígenas habitantes da região do Oiapoque (TI Juminá, Uaçá) e 1 contra o cacique Emyra, do povo Wajãpi, localizada localizada entre Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari<sup>31</sup>.

Pedra Branca do Amapari vive um “boom” econômico na mineração de ferro entre 2007 e 2014, em decorrência do início da exploração de ferro por parte da empresa MMX, do empresário brasileiro Eike Batista, e posterior venda da mina para a empresa britânica Anglo American. Em 2013, contudo, parte do Porto da mineradora Anglo, construído no município de Santana, desaba, paralisando as atividades. O empreendimento é assumido no mesmo ano por outra empresa internacional, a Zamin Ferrous, que, contudo, não consegue dar continuidade às atividades, deixando milhares de funcionários desempregados, e afetando toda a cadeia de geração de trabalho e valor. Nesse sentido, os reflexos do abandono pode ser observados na cidade deserta, e na miséria da população<sup>32</sup>, todas circunstâncias que facilitaram a entrada no garimpo ilegal, e as dinâmicas de violência instaladas nos territórios, tal como o caso de repercussão internacional envolvendo os Wajãpi da Aldeia Mariry (2019). Além destas, outras áreas atingidas correspondem à Floresta Estadual do Amapá (Flota), região entre Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, sobretudo nas comunidades do Munguba, Cachaço, Cachorrinho e Tucano II (2017)<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> A Caci, sigla para Cartografia dos Ataques Contra Indígenas, é uma plataforma que mapeia os assassinatos de indígenas no Brasil nas últimas décadas. A palavra Caci também significa “dor” na língua Guarani. Com o georreferenciamento dos registros de assassinatos sistematizados pelo Cimi e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) a partir de 1985, a plataforma permite obter informações sobre os casos individuais e observá-los em conjunto, num mapa que organiza os casos de acordo com o município ou a terra indígena em que as mortes ocorreram, conforme os dados disponíveis (informações retiradas do próprio site: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/caci/>) Plataforma Caci, CIMI (2022). Disponível em: <http://caci.cimi.org.br/#!/?loc=0.8486628140085832,-52.62451171875001,8&init=true>. Acesso em 15/12/2022.

<sup>32</sup> <https://amazonia.org.br/mineracao-causa-morte-de-trabalhadores-e-miseria-na-amazonia/>

<sup>33</sup> <https://parquesnobrasil.info/pt-br/noticia/170452>



A TI Wajãpi<sup>34</sup> desperta interesse em torno de seus depósitos minerais desde 1960, muito antes de sua demarcação em 1996. O conflito com os garimpeiros, contudo, remonta aos anos 1970, período em que uma epidemia de sarampo, disseminada após contato com esses, ocasionou a morte de quase 100 Wajãpis. Desde então, relatos vem apontando as relações estabelecidas entre garimpo ilegal e violência cometida contra a população indígena da região. Ocupando parte da RENCA, na divisa com o Pará, as incursões sobre o território formalizam-se a partir de 2011, como resultado de atuações dentro do próprio Congresso Nacional, a partir do requerimento para pesquisa na área por parte do Deputado Antônio Justa Feijó, anteriormente preso por garimpo ilegal e apontado como um dos articuladores dentro do órgão público para fazer avançar o garimpo e a atividade siderúrgica na região<sup>35</sup>. O conflito na região ganha destaque mais recente na mídia quando o então presidente Michel Temer (MDB) propõe sua extinção, em 2017<sup>36</sup>. Mais recentemente, têm-se notícia de violência cometida pcontra membros da comunidade de Tucano II, próximo à TI Wajapi, em Pedra Branca do Amapari. Estas são alvos frequentes de invasões de garimpeiros e caçadores ilegais de peles de animais<sup>37</sup>.

O assassinato do Cacique Emyra ganha destaque a partir dos relatos sobre a invasão de garimpeiros na TI Wajãpi. Estes foram acusados de esfaquear o Cacique quando ele retornava para a aldeia, sendo o corpo jogado no rio e encontrado dias depois pela comunidade, que realiza a denúncia da morte causada por pessoas de fora do território. O Conselho das Aldeias Wajãpi (Apina) questionou as conclusões da Polícia Federal sobre o caso e reafirmou, diversas vezes, que os responsáveis foram pessoas não indígenas avistadas na região da aldeia central (CIMI, 2019). Segundo reportagem do Instituto Socioambiental<sup>38</sup>, a invasão de 2019 foi praticada por 50 garimpeiros armados na porção da TI localizada em Pedra Branca do Amapari, a cerca de 200km de Macapá, com o objetivo de realizar a extração ilegal de ouro no local. Os homens foram vistos dias após o assassinato de Emyra Wajãpi, e após a invasão, haveriam estabelecido controle sobre a aldeia, após a expulsão dos membros da comunidade:

*Eles [garimpeiros] estão armados com metralhadoras e estamos em perigo. Precisamos que o Exército e a Polícia Federal nos ajudem, senador. Se não chegar apoio nós vamos agir logo. Estamos com medo* - afirmou um dos jovens membros da tribo na ocasião.

---

<sup>34</sup> A TI Wajãpi abrange seis mil quilômetros quadrados, atravessada pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari, sendo que metade encontra-se sobreposta pela Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), ambas importantes unidades de conservação integral da região (CIMI, 2019).

<sup>35</sup> De olho nos ruralistas. **Palestrante de instituto bolsonarista pediu lavra de ouro em terra indígena**. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2022/07/06/palestrante-de-instituto-bolsonarista-pediu-lavra-de-ouro-em-terra-indigena/>. Publicado em 05/07/2022

<sup>36</sup> BBC Brasil. **A desconhecida riqueza mineral da terra Wajãpi, palco de tensão entre indígenas e garimpeiros**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49133192>. Publicado em 29/07/2019.

<sup>37</sup> Portal do Governo do Amapá. **Fiscalização identifica garimpo ilegal em Pedra Branca do Amapari**. Disponível em: <https://www.amapari.ap.gov.br/noticia/2505/fiscalizacao-identifica-garimpo-ilegal-em-pedra-branca-do-amapar>. Acesso em 15/12/2022.

<sup>38</sup> Instituto Socioambiental. **Amapá, Urgente! Garimpeiros invadem aldeia Waiãpi e matam indígena**. Publicada em 29/07/2019. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/200922>. Acesso em 29/08/2019

De acordo com os relatos, nos meses posteriores à invasão a atmosfera era de “confronto com ameaças de banho de sangue”. A tribo, identificada pela prefeita de Pedra Branca do Amapari como “bastante tradicional”, permite apenas visitantes autorizados: “se nada for feito, eles começarão a lutar (...) temos uma situação muito tensa”. A PF foi acionada para realizar o controle da invasão, juntamente com a FUNAI. Após o ataque, os Wajãpi da Aldeia Mariry foram expulsos do local, deslocando-se para a Aldeia Aramirã, onde permaneceram as mulheres e crianças; os homens retornaram para a área invadida – segundo a reportagem, estes “prometem retomar a aldeia num conflito sem precedentes na história, caso as forças de segurança não façam uma intervenção”<sup>39</sup>.

As autoridades públicas entrevistadas divergem quanto à importância do problema do garimpo ilegal nas dinâmicas de violência letal da região, sobretudo praticada contra as populações indígenas, apontando não ser esta tão evidente em comparação com estados vizinhos como o Pará. Ainda assim afirmam que a atividade se faz muito presente no Oiapoque, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, admitindo-se a ocorrência de invasões, especialmente em relação ao último município, em decorrência de ali existirem as terras Wajãpi. Uma das autoridades entrevistadas inclusive é categórica ao afirmar que apesar do episódio de invasão e assassinato do Cacique Emyra Wajãpi ter gerado “grande comoção nacional”, considera que esta “mostrou-se descabida”. Inicia refletindo sobre dificuldade de acesso à região, possível apenas por via aérea, sendo necessário a realização das operações investigativas dentro do território, bem como percepções sobre dinâmicas relacionadas à fronteira, afirmando que quando as invasões ocorrem, “*é bem mais do lado francês, na Guiana, e lá sim nós temos muito problema de invasão (...) do nosso lado, a maior parte dos garimpos que nós temos conhecimento são oficiais, são autorizados*”.

A respeito do caso Emyra Wajãpi, a autoridade entrevistada nega a ocorrência de um assassinato, afirmando que perito responsável pela realização do laudo averiga que:

*O índio tinha ido para uma festa, tomou caxiri – uma bebida – e quando numa passagem de uma pinguela, escorregou, bateu a cabeça, uma coisa rasa, mas morreu afogado. Esse é o laudo oficial da morte do cacique.*

A autoridade completa afirmando que foi solicitado o sobrevoo do local:

*Porque uma invasão de terra indígena... garimpeiro quando entra a primeira coisa que faz é abrir clareira. Não tem garimpo dentro da floresta escondido, porque ou é com aquele jato cortando... ou é dentro d'água com algum equipamento fazendo sucção do solo... e a terra totalmente íntegra, eu filmei, fiz tudo.*

A percepção, contudo, diverge dos relatos dos Wajãpi, ambientalistas e de servidores que identificaram marcas de violência no corpo. O conflito ocorre em um momento que o Governo

---

<sup>39</sup> Ibid.

Bolsonaro (2018-2022) pauta a liberação da exploração mineral em terras indígenas, em meio ao cenário de expansão do garimpo ilegal em diversos vários territórios. Desde janeiro de 2019, o INPE vem constatando a expansão de focos de garimpo ilegal e o consequente aumento do desmatamento, sendo estes estudos inclusive contestados pelo então presidente, sob a justificativa de que a divulgação de dados poderia prejudicar o país no mercado externo.<sup>40</sup>. Ativistas indigenistas e ambientalistas responsabilizam o governo pelo avanço da atividade ilegal, bem como o afrouxamento das regras de controle e fiscalização, e a invasão de terras indígenas para exploração de minérios.<sup>41</sup>.

Laranjal do Jari e Mazagão também caracterizam-se pelas dinâmicas associadas à violência contra populações indígena. O Vale do Jari destaca-se por estar sobreposto à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)<sup>42</sup> do Rio Iratuparu que recentemente tem sido alvo de fiscalização por parte do SEMA, em decorrência de indícios de atividades de garimpo ilegal<sup>43</sup>. Também é importante considerar que Laranjal do Jari aparece como uma das áreas mais afetadas pelo garimpo ilegal, segundo o mapeamento do RAISG<sup>44</sup>. No caso do Mazagão, também abrangido pela TI Wajãpi, a atividades de garimpo ilegal também assumem a forma de ataques à saúde da população indígena e a morte em decorrência da contaminação de mercúrio – produto muito utilizado na lavra do ouro. Em janeiro de 2022 foi noticiado caso de contaminação de quase 60% de mulheres habitantes de vilarejo na região de Vila Nova (AP). Os pesquisadores responsáveis pelo estudo que apontava a circunstância também foram alvo de ameaças de morte e carros incendiados como forma de “recado” por parte dos garimpeiros da região, para que estes não entrassem mais no território. O vilarejo é visto como “terra sem lei” pelos próprios moradores, completamente dominada pelos grupos que controlam o comércio do ouro: “acontece de tudo por aqui, tráfico, prostituição”, afirma uma das interlocutoras da reportagem da Agência Pública (2022), ao apontar para um barraco onde ocorreria a exploração sexual de jovens.

Além da conjuntura política, contudo, é necessário considerar a ampla aceitação social da atividade, dada, sobretudo, em razão do envolvimento de um grande número de famílias: existem casos de áreas de garimpagem ilegal que empregam desde 400 até 6 mil pessoas. O fechamento dos garimpos artesanais de Tartarugalzinho em 2017, por exemplo, motivou uma onda de protestos quase 1,5 famílias de garimpeiros, que fecharam o trecho da BR-156 que

---

<sup>40</sup> Portal Geledés. **Amapá, Urgente! Garimpeiros invadem aldeia Waiãpi e matam indígena**. Publicada em 29/07/2019. Disponível em <https://www.geledes.org.br/amapa-urgente-garimpeiros-invadem-aldeia-waiapi-e-matam-indigena/>. Acesso em 15/12/2022.

<sup>41</sup> BBC Brasil. **'Governo federal incentiva garimpo em terras indígenas', diz senador Randolfe Rodrigues**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49147160>. Publicado em 28/06/2019.

<sup>42</sup> Em uma RDS é permitida a ocupação pelos moradores nativos, desde que atendendo a critérios rígidos de ocupação e uso do ecossistema.

<sup>43</sup> G1 Amapá. **Fiscalização encontra garimpos ilegais e moradias irregulares em reserva sustentável no Amapá**. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/natureza/amazonia/noticia/2022/03/31/fiscalizacao-encontra-garimpos-ilegais-e-moradias-irregulares-em-reserva-sustentavel-no-amapa.ghtml>. Publicado em 31/03/2022.

<sup>44</sup> IDESF. **Garimpos ilegais e as áreas de fronteira no Norte do Brasil**. Disponível em <https://www.idesf.org.br/2022/01/06/garimpos-ilegais-e-as-areas-de-fronteira-no-norte-do-brasil/>. Publicado em 06/01/2022.

atravessa a cidade<sup>45</sup>. Os municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho são alguns dos mais afetados por crimes ambientais, sendo inclusive alvo de recentes operações pela polícia<sup>46</sup>. Em 2017, por exemplo, destacam-se os desdobramentos da operação Estrada Real (2017-2018), voltada ao combate de garimpo ilegal de ouro em área próxima à BR-156, em região cedida pela ANM para a empresa Bideu. O superficiário da área, o empresário Altamir Rezende (“Mineiro”), que foi inclusive prefeito do município em 1990, foi preso por permitir a entrada do garimpo ilegal – este cobrava 30% do ouro extraído ilegalmente pelos garimpeiros<sup>47</sup>.

O município de Porto Grande destaca-se por abranger a área do garimpo na comunidade de Vila Nova, região onde existem diversos relatos de conflitos bastante recentes. É neste território onde ocorrem as denúncias de contaminação dos habitantes dos vilarejos próximos aos rios onde são realizadas as atividades ilegais, e as tentativas de coerção, ameaças e violências por parte dos garimpeiros<sup>48</sup>. Em janeiro de 2022, ganha destaque o caso da Cooperativa Vile do Vila Nova (COOPGAVIN), que teve determinada a interdição em decorrência da ilegalidade das atividades, fazendo com que a comunidade de pessoas tivesse que se alimentar apenas de produtos oferecidos por cestas básicas doadas por empresas do município vizinho - “*vem arroz, vem feijão, essas coisas, mas falta a proteína*”. Por este motivo, muitos decidem voltar ao garimpo, que gera em torno de R\$ 200 a R\$ 500 semanais para cada família<sup>49</sup>.

Muitas das famílias “empregadas” no garimpo no Amapá vivem em condições de escravidão ou análogas à escravidão, tal como recentemente denunciado em operação realizada em outra área de garimpagem ilegal de ouro, no distrito de Lourenço, em Caçoene. O caso envolve a atuação da Cooperativa de Garimpeiros de Lourenço (COOGAL), acusada de manter trabalhadores em situação análoga à escravidão, bem como a contaminação de rios. A Cooperativa teve as atividades suspensas, sendo ordenada a prisão do presidente, no âmbito da operação policial Minamata, iniciada ainda em 2017 com o objetivo de combater esquemas de exploração e comercialização ilegal de ouro no Amapá. Existem indícios de envolvimento inclusive de empresários de outros estados brasileiros, o que demonstra a amplitude da

---

<sup>45</sup> G1. **Novo protesto fecha BR e pede reabertura de garimpo ilegal em Tartarugalzinho, no AP.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/novo-protesto-fecha-rodovia-e-pede-reabertura-de-garimpo-ilegal-em-tartarugalzinho-no-amapa.ghtml>. Publicado em 02/10/2017.

<sup>46</sup> G1. **No AP, queimadas lideram índice de crimes ambientais no 1º semestre de 2022.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/07/26/no-ap-queimadas-lideram-indice-de-crimes-ambientais-no-1o-semester-de-2022.ghtml>. Publicada em 26/07/2022.

<sup>47</sup> G1. **Operação da Polícia Federal desarticula garimpo ilegal em Tartarugalzinho, no AP.** Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/operacao-da-policia-federal-desarticula-garimpo-ilegal-em-tartarugalzinho-no-ap.ghtml>. Publicado em 29/09/2017.

<sup>48</sup> G1. **Estudo aponta alta contaminação por mercúrio em mulheres que vivem em garimpos no Amapá.** Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/12/09/estudo-aponta-alta-contaminacao-por-mercúrio-em-mulheres-que-vivem-em-garimpos-no-amapa.ghtml>. Publicado em 09/12/2021.

<sup>49</sup> A Pública. **Contaminadas por mercúrio.** Disponível: <https://apublica.org/2022/01/contaminadas-por-mercúrio>. Publicado em 12/01/2022.

atividade na região.<sup>50</sup>

Destacam-se ainda na região norte as redes de violências estabelecidas no Oiapoque. A atividade na região do Oiapoque já é um problema antigo, relacionado à imigração ilegal de brasileiros para tentar a vida nos garimpos ilegais de ouro, instalados na Guiana Francesa. O trecho de fronteira no Oiapoque possui duas grandes áreas de preservação - o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Floresta da Guiana – sendo estes os locais onde ocorre a extração ilegal de ouro a partir das cidades de Oiapoque, no Brasil, e Saint Georges, na Guiana Francesa. As dinâmicas da violência relacionam-se, sobretudo, à violência praticada no interior dos garimpos ilegais, atingindo jovens e meninas vindas da capital e do interior do estado, migrantes nordestinas e indígenas, que ficam sujeitas à exploração pelo trabalho no garimpo, doméstico, violência doméstica, estupro e feminicídio. Além destas dinâmicas, por ser uma região de fronteira, muitas vezes o garimpo está associado ao tráfico de drogas e atuação de facções criminais, atividades desenvolvidas de forma conexas. Neste sentido, a área foi recentemente alvo da Operação Cabo Orange 4 (2020), nos garimpos de Cricú e Marupi.<sup>51</sup>

Diversos relatos dão conta das rotas de deslocamento semanal de brasileiros saindo do Oiapoque em direção à Guiana, atraídos pela possibilidade de receber em euro: *“o ganho [no Brasil] era muito pouco e a 'fofoca' de que existia muito do ouro, na Guiana, foi o motivo de eu vir para cá”*, afirmou o garimpeiro ouvido em reportagem, que abandonou a profissão de pedreiro para exercer a atividade. O deslocamento é realizado por meio das *catraias*.<sup>52</sup> em viagens que costumam acontecer quatro vezes por semana, perdurando por várias horas, durante a noite ou madrugada, e sem iluminação. Alguns, contudo, realizam a travessia pela mata fechada da Amazônia. Segundo as estimativas do governo francês, já em 2014 existiam 80 mil brasileiros vivendo ilegalmente na Guiana, dentre os quais 10 mil estariam empregados em atividades ilegais nos 479 garimpos clandestinos da região. O trabalho do garimpo é considerado análogo ao escravo: é comum que o trabalho seja realizado em troca de uma quantidade pequena de ouro por mês (45 g), sendo que o pagamento não tem data definida para ser realizado.<sup>53</sup>

A luta pela sobrevivência no espaço gera disputas que muitas vezes acabam em mortes violentas – uma reportagem indica que é possível observar na floresta próxima aos garimpos várias cruzeiras na terra, indicando o sepultamento como indigente, pois muitos chegam sem

---

<sup>50</sup> G1. **Justiça ordena retorno de garimpo em área no AP investigada por trabalho escravo e extração ilegal.** Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/justica-ordena-retorno-de-garimpo-em-area-no-ap-investigada-por-trabalho-escravo-e-extracao-ilegal.ghtml>. Publicado em 12/06/2022.

<sup>51</sup> G1. **Operação Cabo Orange 4: Exército combateu garimpos ilegais e outros crimes no Norte do AP.** Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8670330/>. Publicado em 02/07/2020.

<sup>52</sup> Tratam-se de embarcações clandestinas superlotadas, utilizadas para driblar a fiscalização, por meio das quais os brasileiros realizam a travessia em condições precárias e inseguras por meio do Oceano Atlântico.

<sup>53</sup> G1. **Por semana, 80 brasileiros chegam a garimpos por Oiapoque, diz polícia.** Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/por-semana-80-brasileiros-chegam-garimpos-por-oiapoque-diz-policia.html>. Publicado em 30/09/2014.

G1. **Por semana, 80 brasileiros chegam a garimpos por Oiapoque, diz polícia.** Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/por-semana-80-brasileiros-chegam-garimpos-por-oiapoque-diz-policia.html>. Publicado em 20/09/2014.

qualquer amparo familiar: “quando a informação é repassada ao governo francês, o máximo que podemos fazer é recolher um pedaço do osso para futuro exame de DNA”. A fiscalização não é realizada de forma adequada, inclusive porque muitas vezes a polícia encontra-se dentro do garimpo. Algumas mortes também são causadas no contexto de operações da polícia sobre os garimpos, agravando-se nos casos em que os garimpeiros retornam ao local após o trabalho policial.<sup>54</sup> Um caso de grande repercussão, recentemente julgado do Júri da Justiça Federal do Amapá, resultou na condenação de 130 anos de prisão de acusado (denominado “Brabo”) de causar a morte de dois militares franceses que realizavam operação na área de garimpo ilegal, bem como a tentativa de homicídio de outros 22 militares.<sup>55</sup> Nesse sentido, diversas foram as tentativas de acordo foram realizadas entre Brasil e França a fim de definir parâmetros de controle e fiscalização da atividade na área de fronteira<sup>56</sup>.

No caso de Oiapoque, as áreas atingidas são frequentemente a TI Uaçá, sobretudo pela exploração ilegal do ouro, que inclusive utiliza mão de obra indígena. O município do Oiapoque é, juntamente com Calçoene, palco da Operação Ágata (2015).<sup>57</sup>, e mais da Operação Minamata (2018), ambas relacionadas com as atividades de extração e garimpo ilegal de ouro, bem como a escravidão de trabalhadores na região. A última operação inclusive aponta o envolvimento de autoridades públicas. O esquema diz respeito à extração e venda de ouro no garimpo do Lourenço.<sup>58</sup> Também trata-se de área onde já foram desativadas pistas de puso ilegais, e a área de atuação da Cooperativa COOGAL, como visto, acusada de manter trabalhadores em situação análoga à escravidão. O distrito mineral de Lourenço (Calçoene) tem sido alvo de renovado interesse por parte do governo estadual.

A mudança para o garimpo promove transformações intensas, relacionadas à ruptura com o local de origem e o contexto de extrema penúria. A violência se faz parte do cotidiano, de formas que não necessariamente são captadas pelos levantamentos de dados na região, em decorrência da informalidade e ausência de fiscalização. A violência praticada em diferentes formas é apreendida a partir dos relatos de mulheres atraídas para o trabalho nos garimpos

---

<sup>54</sup> G1. **Brasileiros ilegais em garimpos da Guiana são preocupação na fronteira.** Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/08/brasileiros-ilegais-em-garimpos-da-guiana-sao-preocupacao-em-fronteira.html>. Publicado em 14/08/2013; G1. **Brasileiros são enganados e arriscam a vida em garimpos na Guiana.** Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/07/brasileiros-sao-enganados-e-arriscam-vida-em-garimpos-na-guiana.html>. Publicado em 11/07/2014.

<sup>55</sup> Justiça Federal. **Acusado de matar militares franceses é condenado a 130 anos de prisão pelo Tribunal Federal do Júri do Amapá.** Disponível em <https://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/institucional-sjap-acusado-de-matar-militares-franceses-e-condenado-a-130-anos-de-prisao-pelo-tribunal-federal-do-juri-do-amapa.htm>. Publicado em 06/05/2022.

<sup>56</sup> G1. **Por semana, 80 brasileiros chegam a garimpos por Oiapoque, diz polícia.** Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/por-semana-80-brasileiros-chegam-garimpos-por-oiapoque-diz-policia.html>. Publicado em 30/09/2014.

<sup>57</sup> G1. **Garimpos no Amapá são fiscalizados na 10ª edição da 'Operação Ágata'.** Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/10/garimpos-no-amapa-sao-fiscalizados-na-10-edicao-da-operacao-agata.html>. Publicado em 23/10/2015.

<sup>58</sup> G1. **'Nunca tirei um grama de ouro', diz promotor acusado de exploração ilegal em garimpo no Amapá.** Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/nunca-tirei-uma-grama-de-ouro-diz-promotor-acusado-de-exploracao-ilegal-em-garimpo-no-amapa.ghtml>. Publicado em 13/03/2018.

(Mendes et. al. 2022):

*Mataram no garimpo, porque meu filho trabalhou com esse sujeito e ele disse que meu filho não pagou [o ouro], tá entendendo? Matou. O irmão do cara que matou trabalhou com meu filho. Quando chamou meu filho pra resumir a conta [contar o grama de ouro], sei que botou meu filho de ladrão. Disse que tava faltando 950 gramas de ouro. Fizeram a casinha [toçaia] pra meu filho. Quando ele foi guardar [o ouro], botou ele de ladrão e matou. Aí, por isso ficou, porque não posso fazer nada, né? Só que mataram eles já em outro garimpo aí [...] Eu não trago minha filha pra cá, deixo ela lá na cidade. No Oiapoque, ela tem como estudar, porque esses peão daqui, não presta, bate nas muié, quer roubar nossas coisas. Minha menina tem 9 anos, sabe? Tem uma senhora que cuida dela. Eu digo pra não deixar ela na rua, porque ninguém confia nesses homem. Depois que conseguem o que quer, não quer mais saber, né verdade? (Mendes et. al. 2022).*

O garimpo ilegal vem constantemente associada ao desenvolvimento de outras atividades ilegais, tal como o tráfico de drogas, e sobretudo o tráfico e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes. Segundo Gutemberg Vihena Silva (UNIFAP), os garimpos ilegais operam como “núcleos fronteiriços porosos e com pouca fiscalização, tanto por conta da extensão dos limites internacionais quanto pela ausência de um controle sistematizado voltado especificamente para o enfrentamento deste problema”. Também nesse sentido, uma das autoridades entrevistadas aponta as relações entre a corrupção como fonte de financiamento do garimpo ilegal e o tráfico de drogas, sobretudo a partir da década de 1990.<sup>59</sup>

Em panorama mais recente, salienta-se que em 2021 a ANM autorizou a exploração de ouro e tantalita no garimpo de Lourenço, na Zona Rural de Calçoene, distante 372 km de Macapá, além da chamada “mineração em terra firme e rios” (foz do Rio Amazonas) a partir da perfuração de poços de petróleo na linha de fronteira com a Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. Ambos os espaços estão entre os mais impactados ou sobre maior risco de impacto pelo garimpo ilegal nas últimas décadas. Nesse sentido, a atual proposta do governador eleito em 2022, Clécio Luis (Solidariedade), passa pela criação de um Plano Estadual de Agregados Minerais para o ordenamento territorial da atividade, a partir da implementação dos distritos minerais de Vila Nova e Lourenço.<sup>60</sup>

#### **4.3. Desmatamento e Conflitos Fundiários**

O Amapá é um dos estados da Amazônia Legal com as melhores taxas de preservação ambiental. Ao todo, estima-se que 73% do território amapaense é protegido por unidades de conservação e terras indígenas, permitindo que o estado mantenha mais de 77% de sua cobertura vegetal nativa intacta. Segundo as estimativas do INPE, desde 1988 trata-se do estado com a menor área desmatada, respondendo por apenas 0,3% da área total atingida da

---

<sup>59</sup> IDESF. **Garimpos ilegais e as áreas de fronteira no Norte do Brasil**. Disponível em <https://www.idesf.org.br/2022/01/06/garimpos-ilegais-e-as-areas-de-fronteira-no-norte-do-brasil/>. Publicado em 06/01/2022.

<sup>60</sup> Amazônia: Notícias e Informação. **Isolado e bem preservado, Amapá elege governador com propostas para mineração**. Disponível em <https://amazonia.org.br/isolado-e-bem-preservado-amapa-elege-governador-com-propostas-para-mineracao/>. Publicada em 27/10/2022.

Amazônia, com poucos registros de queimadas, ou focos de derrubada. O cinturão verde, contudo, é ameaçado por atividades de potencial econômico relevante: uma delas, como visto, será justamente a mineração e o garimpo. Contudo, além desta, também é possível destacar a utilização das terras para a atividade madeireira ilegal - extração e venda ilegal de madeira - que por sua vez também vem sendo desenvolvida em paralelo com a expansão do agronegócio na região (R. S. Lima & Bueno, 2022).

Segundo mapeamento do Imazon e Simex (2021) entre 2019 e 2020 estima-se que dos 730 ha de exploração de madeira, pelo menos 13% (96 ha) foi explorado de maneira ilegal – o equivalente à 100 campos de futebol. A maior parte desta ocorre em Imóveis Rurais Cadastrados (68%), e uma parte menor, ainda que considerável, se dá em assentamentos rurais (32%). Os municípios com maior incidência de exploração são Pedra Branca do Amapari (50%) e Porto Grande (46%).<sup>61</sup> Além destes municípios, Calçoene, Tartarugalzinho, Porto Grande e Laranjal do Jari figuram como áreas de maior desmatamento, havendo notícias de apreensão ilegal de quantidades de madeira e operações de desarticulação do crime organizado em torno da atividade em múltiplas ocasiões, inclusive com a realização de prisões de autoridades públicas envolvidas com os esquemas.

Em relação às áreas onde se registraram maior apreensão de madeira, sobressaem a Floresta estadual do Amapá, Resex Cajari, Projeto de assentamento Nova Canaã, Nova Colina e Munguba (R. S. Lima & Bueno, 2022). Dentre os casos mais emblemáticos, destaca-se as notícias das operações policiais que visam combater atuação de organizações criminosas especializadas em legalizar a madeira extraída do projeto de assentamento Novo Canaã, em Porto Grande e Pedra Branca do Amapari. Nestes casos, os acusados recrutavam pessoas com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade econômica e social para que elas conseguissem a concessão de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), documento que permite a exploração econômica de forma sustentável. A partir destes documentos, era possível “legalizar” a madeira extraída ocultando crimes de desmatamento e repasse ilegal de produtos florestais.

O esquema envolvia o repasse para empresários de outros estados da região, mas sem que houvesse qualquer indício que ligasse sua participação. Entre 2020 e 2021, a Operação “Sem Lastro” foi iniciada com o objetivo de investigar estas ações em um projeto de assentamento nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, responsável pela apreensão de centenas de metros cúbicos de madeira sem registro de origem, bem como a prisão de empresários investigados.<sup>62</sup> Em outro caso de repercussão importante, os próprios ocupantes do assentamento do Limão (Tartarugalzinho), atingidos pelas atividades de uma serraria que operava ilegalmente na região, realizam a denúncia de forma anônima, em razão do medo de

---

<sup>61</sup> Imazon. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**. Disponível em [https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Simex\\_Amapa\\_Agosto2019-Julho2020.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Simex_Amapa_Agosto2019-Julho2020.pdf). Publicado em julho de 2020.

<sup>62</sup> Jornal do Amapá. **Madeireiro investigado por ordenar esquema de extração ilegal é preso pela PF no Amapá**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10118407/>. Publicado em 10/12/2021.



represálias, o que sugere a ocorrência de violência nestes contextos.<sup>63</sup>

Todas essas circunstâncias devem ser analisadas em paralelo ao processo de expansão da produção de soja e eucalipto na região amazônica, que adquire impacto crescente no contexto amapaense, a ponto do estado vir a receber a denominação de "última fronteira de expansão agrícola" por parte de políticos ruralistas, apontados pelo envolvimento com esquemas de atuação dentro do próprio congresso para distribuição das áreas do cerrado amazônico.<sup>64</sup> Segundo o Imazon, a principal questão fundiária no Amapá são as áreas estaduais não destinadas: áreas que pertenciam originalmente à União, mas que, após a determinação de repasse ao estado por força da Lei Federal 10304/2001, estão a mais de 20 anos sem ter o processo de finalização do registro nos cartórios em nome dos governos estaduais.

A arrecadação é o primeiro passo para a destinação da área, seja para titulação privada, ou outras formas de destinação; por este motivo, abre-se margem para diversas disputas judiciais, facilitando os processos de compra de terras sob litígio à baixos preços, e consequente expulsão das populações locais que ocupam as áreas há mais de décadas, agravando o quadro de violência. Nesse sentido, também o Amapá destaca-se por ser um dos estados com um dos menores índices de transparência e controle social sobre os processos de privatização do patrimônio público fundiário: em média, os órgãos estaduais de terra divulgam apenas 22% das informações obrigatórias (2018), de modo que a sociedade fica sem conhecer quais áreas públicas encontram-se em processo de privatização, e quem recebe títulos de terras emitidos pelo estado, o que apenas vem a agravar o quadro (Imazon, 2020).

As mudanças em sete leis fundiárias entre os anos de 2017 e 2020 é processo que atinge toda região amazônica, facilitando a privatização de terras públicas, o que na prática, fortalece a ação dos proprietários que se apropriam e desmatam terras públicas de forma ilegal. O esquema funciona da seguinte forma: no Brasil, os estados têm autonomia para definir o prazo limite de ocupação de terras públicas para fins de regularização, que à nível federal vem definido pelo marco temporal de julho de 2008. Nesse sentido, retoma-se que quase 2,5 mi de ha no estado são áreas não destinadas em processo de regularização, sendo a maior parte delas localizada em áreas de importância biológica e social<sup>65</sup>.

No caso do Amapá, não existe impedimento para a titulação de terras após o marco temporal, sendo comum a prática de cobrança de 4% a 59% do valor da terra no mercado para a regularização de área. Assim, basta que o proprietário pague o preço segundo a tabela do INCRA, cujos valores já estão, como visto, abaixo do mercado. Além disso, o estado não impede a titulação de pessoas envolvidas com trabalho escravo, ou requer a recuperação da área desmatada ilegalmente como condicionante para a titulação. Todo este cenário abre

---

<sup>63</sup> Jornal do Amapá. **Morador reclama de extração ilegal de madeira em região rural de Tartarugalzinho, no AP.** Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7688120/>. Publicado em 12/06/2019.

<sup>64</sup> MST. **No Amapá, a briga pelo Senado opõe políticos envolvidos em grilagem internacional.** Disponível em <https://mst.org.br/2018/10/03/no-amapa-briga-pelo-senado-opoe-politicos-envolvidos-em-grilagem-internacional/>. Publicado em 03/10/2018,

<sup>65</sup> Amazônia: Notícias e Informações. **Amapá vende terras públicas invadidas a R\$ 46 o hectare.** Disponível em <https://amazonia.org.br/amapa-vende-terras-publicas-invadidas-a-r-46-o-hectare/>. Publicado em 06/12/2021.

margem ampla para a atuação de invasores de terras, que adentram os locais para regularizar as áreas ocupadas ilegalmente, pagando valores irrisórios – há notícias de até R\$ 46 por ha. Os valores baixos são um estímulo à grilagem, com o conseqüente agravamento da violência e destruição do cerrado amazônico.<sup>66</sup>

Um dos políticos pioneiros no contexto regional é Jorge Amanajás (PPS), ex-presidente da Assembléia e candidato ao Senado em 2018, que há mais de uma década vem liderando missões desde Mato Grosso para o escoamento de grãos no Porto Santana, encabeçando tentativas de revogar a lei que cria a Floresta Estadual do Amapá, em área cobiçada pelo agronegócio. O político é apontado no âmbito da CPI das Terras Públicas do Amapá pelo envolvimento em esquemas de grilagem, juntamente com outros políticos, em áreas de terras sob litígio judicial, originalmente pertencentes à empresa Amapá Florestal e Celulosa (AMCEL), que desde 1970 é considerada principal responsável pela grilagem em terras públicas do estado, sendo alvo de inúmeros processos, impactando inúmeros hectares de terras e milhares famílias da região.<sup>67</sup>

Percebe-se que a partir da dinâmica de ocupação pelo agronegócio, a região passa a enfrentar questões inerentes ao fato de não ser um território com tradição de exploração agrícola empresarial. Destaca-se, nesse sentido, o precário arcabouço institucional para fiscalização e monitoramento da atividade. Assim, ainda que alguns proprietários percebem a “questão fundiária” como um dos entraves institucionais maiores à implantação do agronegócio na região, pois “atualmente é praticamente impossível conseguir um título fundiário definitivo, uma vez que ainda não se concretizou efetivamente o processo de transferência de terras da União para o Estado, que se arrasta desde que o Território Federal do Amapá foi elevado à condição de Estado, com a promulgação da Constituição de 1988”, o entrave maior seria a ausência de documentação necessária para acesso aos programas oficiais de financiamento. A proteção ambiental, contudo, continua sendo percebida como entrave, indicativo de um modelo econômico exploratório capaz de acirrar conflitos.

O valor das terras - comparativamente menor às demais regiões produtoras do país - a existência de extensas áreas de cerrado, a facilidade de escoamento a partir do Porto do Amapá, aliada ao conjunto de tecnologias para a produção de soja são todos vetores que promovem o movimento de ocupação da área, renovando o interesse dos atores da agricultura empresarial, que percebem a região como fronteira a ser desbravada. Assim, se até 2012 a agricultura era inexpressiva no Estado, que até então possuía a menor quantidade de áreas plantadas no país, com pouco mais de 41 mil ha (IBGE, 2018), atualmente já possível perceber a organização dos produtores de soja da região por meio da Associação dos Produtores de Soja e Milho – APROSOJA (IBGE, 2018). O apoio logística, a localização geográfica – com saídas para o mar, mas isolada do restante do país - e o apoio do Governo do Estado são as principais características destacadas pelos próprios produtores para investimentos, com vistas ao abastecimento dos mercados asiático e europeu. A expectativa é de que a atividade aumente

---

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> MST. *ibid.* 2018.

ainda mais na região<sup>68</sup>.

Nesse sentido, em setembro de 2017, o IBAMA embargou 47 áreas no estado Amapá por desmatamento ilegal - deste total, 34 embargos resultaram da operação “Nova Fronteira”, realizada pelo IBAMA no estado entre junho e julho de 2017, em áreas nos municípios de Cutias, Vitória do Jari, Itaubal, Macapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Calcoene, Pracuuba e Oiapoque, somando pelo menos 11.748 hectares de vegetação nativa destruída<sup>69</sup>. O Greenpeace esteve em 18 das 34 áreas embargadas, noticiando que mais de 80% delas estava ocupada por soja. Muitas das áreas pertencem à produtores ligados à APROSOJA, sendo diversos nomes envolvidos em conflitos pela terra com comunidades locais<sup>70</sup>.

O crescimento do agronegócio tem impacto em termos de desmatamento, concentração fundiária, grilagem de terras e conflitos no campo. Em 2016, ano em que ocorre o primeiro transporte massivo de toneladas de grãos de Porto Santana (AP) em direção à Liverpool (ING), sendo este evento amplamente comemorado pelos produtores, elite política local na mídia, diversas comunidades quilombolas e pequenos posseiros aguardam a regularização fundiária para exercer suas atividades na região. O agravamento dos conflitos no campo é a face mais perversa deste processo, atingindo sobretudo camponeses e populações tradicionais. Destacam-se casos como o de Maria\*, expulsa em 2013 da área onde vivia na Pedreira do Abacate. O processo faz parte de conflito mapeado inclusive pelo CPT, iniciando-se em 2013, quando a empresa Agrocerrado instala-se nas proximidades, e começa a requerer na justiça áreas no entorno da rodovia estadual AP-070, que vem a ser historicamente loteada e ocupada por famílias que nunca conseguiram regularizar a situação<sup>71</sup>. Os entraves sofridos pelos pequenos agricultores não parecem aplicar-se aos produtores de soja:

*Eles chegam hoje e quando é amanhã já estão com licença, trabalhando, derrubando... E a gente, que é filho daqui da terra, que mora aqui há anos, nascido e criado, não tem nossos direitos que é digno de ter. Passamos anos e anos para conseguir documentação, licença, a gente não consegue, e eles de um dia para o outro conseguem rapidinho; tudo tem em mão para eles” – afirma Maria.*

Acuados pela violência, ela vive há cerca de quatro anos com a família na outra margem da rodovia AP-070, vendendo bolos e salgados à caminhoneiros que passam pela rodovia, de frente para a terra que ela viveu por quase 10 anos<sup>72</sup>. Segundo os Relatórios da CPT, a violência

---

<sup>68</sup> Portal do Amapá. **Produtores de grãos destacam potencialidades do Amapá**. Disponível em <https://seiic.ap.gov.br/noticia/0208/produtores-de-graos-destacam-potencialidades-do-amapa>. Publicada em 28/06/2016.

<sup>69</sup> Embora muitas das áreas embargadas na operação Nova Fronteira estivessem licenciadas para cultivo pelo Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (Imap), nenhuma apresentou autorização do órgão ambiental para a supressão de vegetação – exigência prevista no artigo nº26 da Lei nº12.651 de 2012 (Código Florestal).

<sup>70</sup> Greenpeace Brasil, 2017. **Amapá: no olho do furacão do agronegócio e da especulação fundiária**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amapa-no-olho-do-furacao-do-agronegocio-e-da-especulacao-fundiaria/>. Publicado em 27/09/2017.

<sup>71</sup> *ibid.*

<sup>72</sup> *ibid.*

no campo espalha-se por diversos municípios, desde Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Amapá, Macapá-Santana, Porto Grande, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, entre outros – muitos deles que tampouco apresentam altos índices de violência letal nos dados oficiais.

Outro caso de violência comum é retratado na situação de Feliciano\*, que viveu por mais de 65 anos no Quilombo do Ambé, território ocupado por seus antepassados, e que hoje precisa acompanhar a ocupação da área pelo avanço do agronegócio no território. Também neste caso, o interlocutor da reportagem esperava há muitos anos o reconhecimento oficial do quilombo, em paralelo ao avanço da soja, que impacta o sustento das famílias do local, pela diminuição da disponibilidade de recursos e envenenamento dos solos, além de agravar disputas violentas pela terra<sup>73</sup>. É sintomático, neste caso, a informação da Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) de que das 258 áreas de quilombos no Amapá em 2018, apenas 4 estivessem efetivamente titulados pelo INCRA: Curiaú, Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari, em Macapá e São Raimundo do Pirativa em Santana<sup>74</sup>. As populações que habitam nestes territórios – e em especial, aqueles que ainda não contam com titulação – estão, assim, sujeitas ao maior risco de sofrer violência letal, deflagrada, em especial, a partir do conflito sobre o uso da terra.

Em 2021, novos movimentos no sentido de flexibilização tem sido realizados, em especial, a partir da apresentação do Projeto de Lei 1425/2020, dispensando a permissão prévia do Conselho de Defesa Nacional para a Colonização e Loteamento Rural de áreas localizadas em até 25 km da fronteira dos estados de Roraima e Amapá com países vizinhos (Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa). O texto também altera o Código Florestal, permitindo que os governos estaduais reduzam de 80% para 50% as áreas de reserva legal das propriedades rurais com área de vegetação nativa<sup>75</sup>. Isso pode ser visualizado como uma decorrência da inclusão do Amapá no zoneamento do MAPA, visando oficializar estudos para definição de padrões de cultivo na região. Vê-se, assim, que as condições legais para produção no Amapá, como visto vem se alterando pela ação de empreendedores da agropecuária, em associação às elites políticas locais, na medida que vislumbram possibilidades de negócio e investimento na região.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> *ibid.*

<sup>74</sup> G1 AMAPÁ. **Dois territórios do Amapá são reconhecidos como área quilombola pelo Incra.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/11/07/dois-territorios-do-amapa-sao-reconhecidos-como-area-quilombola-pelo-incra.ghtml>. Publicado em 07/11/2018.

<sup>75</sup> Câmara Legislativa. **Projeto facilita a colonização de áreas de fronteira em Roraima e Amapá.** Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/736250-projeto-facilita-colonizacao-de-area-de-fronteira-em-roraima-e-amapa>. Publicado em 18/03/2021.

<sup>76</sup> PORTAL DO AGRO. **A inclusão do Amapá no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de Soja.** Disponível: <https://portaldoagro.com/2020/12/09/a-inclusao-do-amapa-no-zoneamento-agricola-de-risco-climatico-para-a-cultura-de-soja/>. Publicado em 09/12/2020.

#### 4.4. Violência Policial

O Amapá tem dados que colocam a polícia militar do estado com a mais violenta do Brasil. Em 2021, o estado foi pelo terceiro ano seguido aquele com a maior taxa de pessoas mortas pela polícia no Brasil, totalizando 17,2 óbitos a cada grupo de 100 mil habitantes, atingindo uma média de 3 registros por semana (FBSP et al., 2022). Segundo Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, "não se tem notícia de nenhuma outra polícia no Brasil que tenha atingido, na história, taxa tão elevada como a Polícia Militar do Amapá (...). Para se ter uma ideia do que isso significa, a taxa de letalidade provocada pela PM do Amapá é quase 3 vezes superior à taxa de todos os homicídios do estado de São Paulo"<sup>77</sup>.

A polícia militar tem justificado os altos indicadores de mortes em decorrência da presença de organizações criminosas no Estado: nestes casos, "por intervenção à abordagem policial", o uso letal da força ocorre quando "os infratores atentam contra a vida dos policiais e terceiros", de modo que os mortos em confronto estariam armados e teriam envolvimento com outros crimes<sup>78</sup>. No BOPE, policiais entendem que a violência policial responde ao contexto social de violência. Uma fala coletada junto ao BOPE (Pereira, 2015) corrobora a hipótese da cultura de confronto deixando de reconhecer a gravidade do uso letal da força contra pessoas, sobretudo, em contextos de enfrentamento, já que afinal "[há muita] audácia de bandido em enfrentar policial" (Pereira, 2015, 107).

Outros interlocutores reconhecem a violência policial como um problema. Um dos entrevistados menciona que a guarda territorial tinha a prática de "dar uma peia" em suspeitos e soltá-los - prática que se configura como tortura. Também houve relatos a respeito da apuração dos casos de violência policial que, mesmo não configurando uso legítimo ou progressivo da força, foram levados a julgamento e absolvidos pelo júri<sup>79</sup>. Reforçando a hipótese, a literatura aponta a utilização de recursos para gerar o arquivamento de inquéritos policiais relacionados às mortes em decorrência de intervenção policial, indicando "o respaldo institucional à atuação letal oferecido pelas instituições do sistema de justiça criminal" (Godoi et al., 2020).

A imprensa incorpora alguns elementos do discurso que justifica as mortes, descrevendo estas ocorrências como "‘resposta à injusta agressão’, nas quais os agentes reagem a disparos ou ataques em situação de combate à violência, em especial ao crime organizado"<sup>80</sup>. Uma análise de narrativas oficiais revela a operacionalização de vários elementos para justificar a

---

<sup>77</sup> G1. **Amapá chega ao 3º ano seguido com a maior taxa do país de pessoas mortas pela polícia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/05/05/amapa-chega-ao-3o-ano-seguido-com-a-maior-taxa-do-pais-de-pessoas-mortas-pela-policia.ghtml>. Acesso em 07/10/2022

<sup>78</sup> G1. **Amapá tem queda de casos, mas segue com a maior taxa de mortalidade pela polícia do Brasil.** Disponível <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/22/amapa-tem-queda-de-casos-mas-segue-com-a-maior-taxa-de-mortes-pela-policia-do-pais.ghtml>. Publicado em 22/04/2021.

<sup>79</sup> G1. **Seis PMS são indiciados por forjar tiroteio que terminou com três mortes no Amapá.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/06/10/seis-pms-sao-indiciados-por-forjar-cena-de-tiroteio-que-terminou-com-tres-mortes-no-amapa.ghtml>. Publicado em 10/06/2022.

<sup>80</sup> G1. **Amapá chega ao 3º ano seguido com a maior taxa do país de pessoas mortas pela polícia.** G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/05/05/amapa-chega-ao-3o-ano-seguido-com-a-maior-taxa-do-pais-de-pessoas-mortas-pela-policia.ghtml>. Publicado 05/05/2022.

legalidade das mortes (Almeida, Possas e Soares, 2016). Segundo alguns entrevistados, o apoio à violência policial estaria ligado tanto à aversão da sociedade ao crime, quanto ao forte apoio incondicional que os policiais desfrutam junto à sociedade: um dos entrevistados inclusive menciona o grupo do *facebook* “Devotos do Bope-Amapá”, que possui em torno de 29,6 mil membros. Reforçando a aceitação social da instituição, o BOPE é a instituição com a avaliação mais positiva em diversos municípios, como Oiapoque (Aquino, Vargas, 2016).

Uma parte da imprensa, contudo, reconhece a violência policial como um problema ao abrir margem às narrativas dissidentes da sociedade civil. Apesar das vítimas de violência policial serem frequentemente identificadas como integrantes do crime organizado, setores da sociedade civil e entidades de defesa de direitos humanos apontam excessos principalmente contra populações periféricas, onde famílias pobres são alvos de agressões, truculência e brutalidade. Assim, é possível encontrar notícias sobre o excesso de uso de força contra moradores e famílias locais: por exemplo, o caso da pedagoga negra Eliane, agredida por policiais em frente à sua casa na Zona Norte de Macapá (2020); ainda o caso de Helkison, e o enteado Rafael, mortos durante perseguição policial a um veículo suspeito de roubo (2021); também, o caso de Sandro, acusado pela PM de roubo e pertencimento à facção criminosa, morto em uma abordagem policial. O caso adquiriu bastante repercussão, iniciada pelos familiares a partir da campanha *#justiçapelopititos* (2021).<sup>81</sup>

Têm-se, assim, um retrato de uma PM despreparada, perpetradora de uma violência concentrada nas camadas mais marginalizadas da população, sobretudo pessoas pobres, negras e quilombolas. Cidadãos comuns também percebem o problema. Um entrevistado de Pereira (2015) aponta a normalização do confronto e dos impactos na comunidade da Baixada do Ambrósio, uma área portuária do município de Santana:

*O que eu não gosto, é que pra eles todo mundo na baixada do Ambrósio é bandido, traficante ou prostituta, parece que aqui não tem gente de bem, não respeitam, não gosto da violência do Bope, porque de certa forma todo mundo tá sujeito aqui, eles batem e até matam como se fosse normal, as pessoas têm medo de serem acertadas pelas balas* (Pereira, 2015, 41).

Algumas ações do governo do Estado podem influenciar o quadro. A SEJUSP anuncia ao final de 2021 o teste das câmaras corporais, tendo como objetivo elevar a segurança e monitorar as atividades de militares e agentes (Vidigal, 2021). Os efeitos sobre a produção de imagens a partir das câmaras acopladas nas fardas ainda são pouco analisados<sup>82</sup>. Além disso, recentemente o estado tomou medidas no sentido de proteger judicialmente os policiais, por meio de convênio entre o Governo e OAB/AP, a partir do qual até R\$ 3,5 milhões seriam gastos

---

<sup>81</sup> G1. **Raio X da violência no Amapá em 10 pontos, segundo o Anuário da Segurança Pública**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/07/19/raio-x-da-violencia-no-amapa-em-10-pontos-segundo-o-anuario-da-seguranca-publica.ghtml>. Publicado em 19/07/2021.

<sup>82</sup> Gazeta do Povo. Estudo aponta que **uso de câmeras** nas fardas dos **policiais** pode ser prejudicial à segurança pública. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudo-aponta-uso-cameras-fardas-policiais-pode-ser-prejudicial-seguranca-publica/>. Publicado em 02/02/2022.

em atendimento jurídico na defesa dos agentes (Governo do Estado do Amapá, 2021). A sinalização destas prioridades é relevante em um cenário grave situação de abuso da força letal pela polícia.

#### **4.5. Violência Sexual e Gênero**

No Amapá, a violência de gênero faz parte do cotidiano. Em 2021, estes chegaram a superar as taxas nacionais, sobretudo, em relação aos crimes relacionados ao feminicídio, homicídios envolvendo mulheres, violência doméstica, e violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes (FBSP, 2022). Os relatos dos entrevistados reforçam, nesse sentido, ser este um quadro histórico e social do território, atravessado pela violência cometida de forma geracional contra as mulheres. Também como uma decorrência da disseminação e aceitação social da prática, o Amapá também enfrenta questões relativas ao estabelecimento de rotas de tráfico e exploração sexual de mulheres e crianças na fronteira Norte do Oiapoque com a Guiana Francesa e o Suriname (Secretaria Nacional de Justiça, 2015; Leal & Leal, 2002; Nascimento & Silva, 2019; Silva, 2019).

Segundo a ENAFRON (2015), no Amapá ocorre o maior trânsito de pessoas maranhenses e amazonenses para a Guiana Francesa e Suriname. Trata-se de um dos Estados onde o tráfico de pessoas ocorre em maior frequência, em razão da sua localização, bem como a menor fiscalização da região, configurando-se como um “meio do caminho” entre o Nordeste, a Região Amazônica e a fronteira internacional com Suriname e Guiana Francesa. A Polícia Civil destaca a existência de “agências de intercâmbio” para aliciamento de vítimas, que são frequentemente encaminhadas para prostituição forçada nas áreas de garimpo. Outra modalidade comum de tráfico humano é o chamado casamento servil, caso em que as vítimas exercem trabalhos domésticos e são exploradas sexualmente pelo “cônjuge” estrangeiro que retém seus documentos mediante ameaça ou violência (Brasil & Secretaria Nacional de Justiça, 2015).

Estima-se que as vítimas mulheres são frequentemente recrutadas a partir dos traficantes de drogas. Na maior parte das vezes são mulheres que atravessam a fronteira em busca de trabalho no garimpo, profissionais do sexo, usuárias de drogas que contraem dívidas de consumo e crianças e adolescentes. As vítimas são atraídas para “tentar a vida” no Suriname e Guiana Francesa, a partir das promessas de remuneração em “ouro e euro”; frequentemente, estas também acabam operando como “mulas”, realizando o transporte de droga na fronteira. Os municípios de Macapá, Porto de Santana e Oiapoque destacam-se como áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo este último município. Em todos os casos, o aliciamento parece ocorrer de maneira cotidiana, inclusive a partir dos familiares e pessoas conhecidas da vítima (Brasil & Secretaria Nacional de Justiça, 2015).

Oiapoque, cidade na fronteira franco-amapaense, destaca-se pelas amplas áreas de mata fechada, pouca fiscalização estatal e fluxo intenso de mercadorias e de pessoas migrantes – na maior parte das vezes, ilegais em busca de trabalho no garimpo. Segundo Mendes et. al. (2022), a exploração sexual “faz parte” da economia local, apresentando modos específicos de organização, a partir de uma rede de sustentação que mobiliza diversos setores de serviços -

bares, hotéis, restaurantes e casas noturnas. O fluxo de pessoas e a ausência de taxas cambiais e baixa fiscalização na fronteira facilita a existência de público para a atividade. Estima-se que a maior parte das mulheres começa a ser explorada ainda na adolescência, em decorrência de fatores como a falta de renda, emprego e escolaridade. A viagem de 600 km de Macapá a Oiapoque exige tempo e condições financeiras para custeamento, durando cerca de 8 a 12 horas de viagem em veículos automotivos, sendo este um dos motivos para contração de dívidas. A violência cotidiana é praticada por parceiros ou familiares, sobretudo quando o primeiro utiliza álcool e drogas. Ao tempo do estudo, sequer existiam Delegacias de Atendimento da Mulher na região, o que dificulta a realização de denúncias (Mendes et. al. 2022).

A atividade adquire presença latente nos garimpos. A maior parte das mulheres que migra para os garimpos não tem em mente a prostituição, mas sim ocupações tais como trabalhadoras domésticas, pescadoras, cozinheiras, garçonetes, carvoeiras, fretistas<sup>83</sup>, marreiteiras, cabeleireiras, entre outros. A busca pelo trabalho é motivada pela perspectiva de “mudança de vida”, necessidade de acompanhar o parceiro amoroso, ou ainda a fuga de relacionamento abusivo. Após decidirem trabalhar no garimpo, as mulheres têm a opção de serem recrutadas mediante empréstimo com adiantamento de pagamento, o que acarreta endividamento prévio ao trabalho no garimpo. Assim, atravessando a fronteira nas catraias, as mulheres são obrigadas a viver nos alojamentos precarizados dos garimpos: “a gente fica embaixo de uns paus velhos, coberto com lona”. O pagamento ocorre pela grama de ouro, variando na quantidade e no câmbio a depender do local, mas quase sempre menos do que os homens. Assim, pobreza, insegurança alimentar e isolamento geográfico operam como fatores determinantes na cooptação para o trabalho forçado e exploração sexual; a expectativa de retorno para o local de origem frequentemente é adiada, de modo que muitas permanecem vários anos vivendo em condições precárias, sem documentação, e sob violência constante (Mendes et. al. 2022).

## **5. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA NOS TERRITÓRIOS**

A política pública de segurança do Amapá busca a integração das polícias com outros órgãos do sistema de justiça criminal<sup>84</sup> a partir da realização de operações conjuntas, ainda que sem centralidade na condução das políticas. Não há presença policial intensiva nos territórios, sendo o policiamento ostensivo baseado em rondas policiais motorizadas e atendimento a ocorrências. Há o predomínio de inquéritos resultantes de prisão em flagrante e não de investigação prévia, e a modernização é baseada em investimento em equipamentos públicos, viaturas, armas e novas tecnologias informacionais; reintegração social de presos com parcerias pontuais e poucos

---

<sup>83</sup> Realizando o transporte de garimpeiros de Ilhabela para a fronteira na Guiana Francesa.

<sup>84</sup> A Segurança Pública é realizada pelos órgãos de segurança pública, Secretaria de Justiça e Segurança Pública e polícias estaduais, buscando integração com a agência penitenciária, Iapen, com outros órgãos da área, como as polícias federais, órgãos da Defesa, Exército e Marinha, Ministério Público e Judiciário. Cabe destacar as forças armadas, as polícias federais, a Abin e o Ministério Público Federal conduzem suas próprias ações - ações de inteligência, investigações e operações -, assim como em outros estados, em cooperação ou não com as agências estaduais.



coordenados com outros setores de políticas públicas. O sistema penal é constantemente alvo de denúncias de torturas e maus tratos. Aspectos que diferenciam o Estado são a busca de expansão e dispersão dos equipamentos públicos (delegacias, batalhões) no território, e em menor medida, dos efetivos policiais, bem como as altas taxas de mortalidade decorrentes de intervenções policiais, que se destacam no panorama nacional recente.

Na área de prevenção primária, não há coordenação com políticas sociais. O estado possui programas sociais com potencial de impactar na prevenção social, mas a articulação parece restrita a iniciativas da execução penal, não havendo sistema de governança coordenado pelo Governo do Estado. Em termos táticos, há duas formas de atuação dos órgãos de segurança pública. A primeira é atuação cotidiana das agências, realizada pela Polícia Militar a partir do policiamento ostensivo, mediante rondas policiais e atendimento às demandas do 190; também, pela polícia civil, mediante registro de ocorrências criminais - prioritariamente os casos de flagrante delito - e a investigação de crimes; finalmente, o Iapen, que operacionaliza o trabalho de execução penal. Destaca-se, na atuação primária, o volume de trabalho da polícia em casos de flagrância: em junho de 2022, a PC instaurou 381 Termos Circunstanciados de Ocorrência (casos de autoria conhecida de menor potencial ofensivo), 215 inquéritos baseados em autos de prisão em flagrante e 446 inquéritos por demais tipos de instauração (AMAPÁ, 2022).<sup>85</sup>. Isso sinaliza que o trabalho da polícia civil é em boa parte absorvido por casos típicos de flagrante, como apreensões de drogas.

A segunda forma de atuação são as chamadas operações. Há, por exemplo, operações focalizadas e pontuais com saturação em áreas consideradas de risco pelas agências de inteligência do Estado, com atuação integrada do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Força Tática, Grupamento Tático Aéreo (AMAPÁ, 2022), podendo contar com o apoio da Companhia Fluvial do Batalhão Ambiental (3ºBPM) e órgãos de segurança e trânsito municipais e federais (Governo do Estado do Amapá, 2021a). Por meio de rondas, incursões, comandos de trânsito, abordagens de pessoas e veículos, carros roubados são recuperados, mandados de prisão são cumpridos, drogas são apreendidas, notificações de trânsito são aplicadas e testes de etilômetro realizados<sup>86</sup>. Também são realizadas ações de policiamento preventivo, voltadas para períodos específicos do ano, como a Operação Papai Noel, voltada para garantir a segurança em áreas comerciais (AMAPÁ, 2019; 2021b; 2022q; 2022m).

A polícia federal, em cooperação com o Ministério Público e outras agências, também realiza operações contra delitos como o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro (Investigados..., 2022).<sup>87</sup>. Também o Ministério Público tem atuado com seus Grupos de Atuação Especial contra o Crime

---

<sup>85</sup> GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Delegacia geral de Polícia Civil. Núcleo Setorial de Planejamento. Demonstrativo de Produtividade – Delegados/Junho 2022?. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/POL%C3%8DCIA%20CIVIL\\_b427d34e2cf653f10252c3155cb86939.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/POL%C3%8DCIA%20CIVIL_b427d34e2cf653f10252c3155cb86939.pdf). Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>86</sup> GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Operação intensifica abordagens e patrulhamento no Conjunto Macapa. **Governo do Estado do Amapá: Notícias**, 16 jan. 2019. Disponível: <https://serradonavio.ap.gov.br/noticia/1601/operacao-intensifica-abordagens-e-patrulhamento-no-conjunto-macapaba>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>87</sup> G1. Investigados pela PF por esquema milionário de tráfico de drogas no Amapá são alvos de mandados. G1 Amapá. Macapá, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/06/22/investigados-pela-pf-por-esquema-milionario-de-trafico-de-drogas-no-amapa-sao-alvos-de-30-mandados.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2022.

Organizado (GAECO), articulados pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas<sup>88</sup>, e no caso do Amapá, também com seu Núcleo de Investigação (NIMP), em cooperação com os órgãos federais, como na operação Addams da Polícia Federal, contra uma facção criminosa que atua no estado.<sup>89</sup> No Quadro 1 (em anexo), que traz exemplos de cooperação na área de ação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Amapá, é possível ver uma série de ações de segurança pública e execução penal em que se destaca a cooperação entre agências, inclusive polícias federais.

É possível identificar um histórico de planejamento na gestão do Governo do Amapá que se estendeu de 2015 a 2022: o Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP) 2016-2025<sup>90</sup> traz objetivos estratégico, além dos planejamentos para a atuação da Polícia Civil (Amapá, 2022).<sup>91</sup> e Polícia Militar. No entanto, os planos não parecem dirigir a política pública de segurança do Estado: neste aspecto, apesar do PLANESP ser mencionado em relatórios de prestação de contas, ele não orienta o diálogo com a sociedade, cuja participação parece descartada (Quadro 4, em anexo). Além disso, ele não se encontra disponível para acesso da sociedade no site da SEJUSP e canais oficiais de notícias do Governo; este parece ter criado uma nova marca - “Estado forte, Povo Seguro” – lançada conjuntamente com algumas medidas pontuais e não previstas no plano. Os Planos disponibilizados nos sites institucionais estão desatualizados<sup>92</sup>, mesmo já existindo versões mais recentes.<sup>93</sup>

Os investimentos concentram-se na compra de novos equipamentos públicos, sobretudo na área de tecnologia (ver Quadro 3, em anexo)<sup>94</sup>. Estes são possíveis graças ao aumento de recursos

---

<sup>88</sup> ESTADÃO CONTEÚDO. MP realiza operações contra integrantes de organizações de integrantes de organizações criminosas em nove Estados. Diário do Grande ABC, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3112149/mp-realiza-operacoes-contra-integrantes-de-organizacoes-criminosas-em-9-estados>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>89</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Gaeco e NIMP do MP-AP integram equipe de apoio durante Operação Addams. S/l, 21 fev. 2022?. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/gaeco-e-nimp-do-mp-ap-integram-equipe-de-apoio-durante-operacao-addams>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>90</sup> Costa (2022) buscou avaliar os mecanismos de governança do Planesp, indicando aspectos positivos e negativos. De um lado, indicou, por exemplo, a previsão de avaliações trimestrais e semestrais das ações, pesquisas de satisfação da sociedade e junto aos servidores. De outro lado, afirmou que o plano não trata da temática da governança como ação ou objetivo estratégico, não apresenta uma matriz de responsabilidade (embora indique o órgão responsável pelo projeto ou ação de cada objetivo estratégico) e não apresenta mecanismos/instrumentos de accountability.

<sup>91</sup> AMAPÁ. Polícia Civil do Estado do Amapá. Plano Estratégico da Polícia Civil do Estado do Amapá: 2020 a 2022. S/l, 2020. Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/docs/plano.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>92</sup> AMAPÁ. Polícia Militar do Amapá. Gabinete do Comando-Geral. Plano Estratégico PMAP 2015-2019. Macapá, 2015. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/PM-AP\\_3f0d2d0365e9882e79ade9545c8dabf6.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/PM-AP_3f0d2d0365e9882e79ade9545c8dabf6.pdf). Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>93</sup> Ascom/Unifap. POLÍCIA militar e UNIFAP trabalham juntas no planejamento estratégico de 2020 a 2024. gov.br. Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <http://www.unifap.br/policia-militar-e-unifap-trabalham-juntas-no-planejamento-estrategico-de-2020-a-2024/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>94</sup> Complexo de Segurança Pública da Zona Oeste de Macapá (composto das Coordenadorias Especiais de Combate ao Crime Organizado e Organizações Criminosas e de Operações e Recursos Especiais), o Quartel do Terceiro Grupamento do Corpo de Bombeiros, o Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual, o Centro Integrado de Operação de Segurança Pública (CIOSP) do Conjunto Macapaba, o prédio do Primeiro Batalhão (no conjunto São José), Quartel do 12º Batalhão (no distrito do Carnot, em Calçoene), Delegacia de Mazagão, e prédios da Polícia Científica e da Delegacia de Infância e Juventude, no município de Santana (Governo do Estado do Amapá, 2022a) e uma penitenciária de segurança máxima (Governo do Estado do Amapá, 2022r).

disponibilizados à pasta. Em 2002, a despesa nominal líquida em segurança pública foi R\$ 76 milhões, a alcançou R\$ 552 milhões em 2019 (Oliveira, 2021).<sup>95</sup>, o que representa importante aumento, mesmo considerando a atualização inflacionária. Isso é em boa parte explicado pela nova Lei nº 13.756/2018 do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que passou a destinar recursos da exploração de loterias para o FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).<sup>96</sup>. Há também recursos obtidos pela bancada federal de parlamentares (Governo do Estado do Amapá, 2022r).

Em termos de capacidade, percebe-se nos últimos 20 anos um incremento em termos de equipamentos públicos e efetivos. Em 2004, o Amapá possuía 7 delegacias distritais, 8 especializadas e um núcleo ou posto de atendimento.<sup>97</sup>, bem como 6 Batalhões da Polícia Militar e uma Companhia. Já em 2020, havia 10 delegacias distritais na capital, 2 nos demais municípios da região metropolitana, 11 no interior, além de 11 delegacias especializadas na capital, 3, na região metropolitana e 2 no interior, e 7 postos/núcleos. Nesse ano, a PM possuía 4 Batalhões na Capital, 5 no interior, além de 4 especializados na capital (ambiental, rodoviária, trânsito, BOPE/patrolhamento tático) e um no interior. O BOPE possui quatro companhias: uma responsável pelo policiamento tático motorizado (Rotam – Ronda Ostensiva Tática Motorizada), outra que faz patrulhamento com motocicletas em áreas de risco (Giro - Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva), uma para missões especiais, com em crises com reféns (COE - Companhia de Operações Especiais) e Tropa de Choque que atua em grandes eventos, manifestações, controle de distúrbios e intervenção em estabelecimentos prisionais (Pereira, 2019).<sup>98</sup> O Estado possui delegacias gerais e especializadas. No entanto, nota-se que três dos 16 municípios do Estado ainda não tem delegacia de polícia<sup>99</sup>: Cutias, Itaubal e Serra do Navio, sendo atendidos pela Delegacia de Polícia do Interior (Abreu, 2017).<sup>100</sup>.

---

<sup>95</sup> OLIVEIRA, Edna Maria da Silva Medeiros de. Orçamentos da segurança pública, saúde e educação nos estados e no Distrito Federal (2002-2019): uma análise da execução orçamentária com o suporte da Teoria do Equilíbrio Pontuado. 2021. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33085/1/Orcamentossegurancapublica\\_Oliveira\\_2021.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33085/1/Orcamentossegurancapublica_Oliveira_2021.pdf). Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>96</sup> De 2018 a 2021, o FNSP recebeu R\$ 6,0 bilhões e o Funpen, R\$ 844,0 milhões de repasses das loterias, sendo grande parte destes recursos transferido diretamente aos estados. Conforme a lei, 50% dos recursos do FNSP provenientes das loterias são transferidos obrigatoriamente para os fundos estaduais, independentemente da celebração de convênios ou contratos (Bueno et al, 2022). Valores atualizados pelo IPCA de dezembro/2021.

<sup>97</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Perfil das Instituições de Segurança Pública. Gov.br. s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/estudos-e-pesquisas/pesquisas-perfil-da-instituicoes-de-seguranca-publica>. Acesso em: 14 dez. 2022.

<sup>98</sup> PEREIRA, Ana Caroline Bonfim. Corpo-arma: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2019.tde-29082019-105150. Acesso em: 2022-12-14.

<sup>99</sup> Essa informação contradiz o dado da Munic 2019 que indica a existência de delegacia de polícia em todos os municípios (IBGE, s/d). IBGE, MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Tabelas – 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=resultados>. Acesso em: 14 dez. 2022.

<sup>100</sup> ABREU, E. de. Governo entrega delegacia reformada e equipea Forças Policiais. Amapá - Governo do Estado. S/l, 29 mai. 2017. Disponível em: <https://www.portogrande.ap.gov.br/noticia/1206/governo-entrega-delegacia->

Em termos de efetivo, tem sido priorizado o crescimento da Polícia Militar, enquanto a Polícia Civil parece estar sendo reduzida. Eram 2.618 policiais militares e 1.198 policiais civis em 2003 (Brasil, 2010).<sup>101</sup>, e atualmente são 3.307 policiais militares e 1.004 policiais civis e 79 peritos (Lima & Bueno, 2022). Em comparação com outros, o Amapá é o que apresenta mais policiais militares na ativa por habitante: 117, enquanto no Brasil é 279.<sup>102</sup> Em termos de razão de PMs na ativa por km<sup>2</sup> da UF, o Amapá possui 43,1 Km<sup>2</sup> para cada policial, bem acima dos 20,9 Km<sup>2</sup> do Brasil. Mas se considerarmos que o Amapá possui boa parte de seu território como áreas protegidas (Unidades de Conservação, Terras indígenas etc.) e que boa parte da população está na região metropolitana de Macapá (Macapá, Santana e Manzagão), a presença da polícia, comparada ao Brasil, não é tão rarefeita assim. Os efetivos também estão concentrados na capital. Em 2020, haviam 2.490 policiais militares e 705 policiais civis lotados na capital, e, no interior, 994 policiais militares e 424 policiais civis (SENASP, 2020).

Os números sugerem o comprometimento tanto da capacidade investigativa da polícia civil, quanto da possibilidade da PM de realizar o policiamento de proximidade/comunitário. Sobre a capacidade investigativa, o indicador do Instituto Sou da Paz sobre esclarecimento de homicídio mostra que, enquanto no Brasil 37% dos homicídios consumados em 2019 foram denunciados em 2019 ou 2020, no Amapá foram apenas 19%. Dentre 19 estados pesquisados, só o Rio de Janeiro teve uma porcentagem inferior (16%) (ISP, 2022).<sup>103</sup>

Quanto à execução penal, o relatório do Depen traz vários dados referentes a junho de 2022 (Ministério da Justiça, s/d).<sup>104</sup> Em termos de infraestrutura. O estado possui 8 estabelecimentos penais, sendo quatro para presos masculinos, 1 para o público feminino e 3 mistos. Um estabelecimento é para presos em regime fechado (masculino), um para o semiaberto (masculino), um para medida de segurança (masculino) e outros dois para diversos tipos de regime (um para o público feminino e outro misto). Quanto a recursos humanos, há um total de 965 trabalhadores, prevalecendo 671 agentes de custódia e 179 professores. Isso representa 3,1 preso para cada trabalhador, proporção bem inferior à do Brasil (7,1). O público atendido é de 2.966 presos, 338,0 presos por 100 mil habitantes, inferior a taxa brasileira de 392,6. Estima-se a existência de 2.844 vagas, o que indica a quase inexistência de superpopulação; contudo, analisando-se as vagas por regime, é possível notar que no regime fechado existem 1.135 presos para 598 vagas. Do tratamento penal, destaca-se que 397 realizam atividades laborais, o que representa 13,4% da população

---

reformada-e-equipa-forcas-policiais. Acesso em: 14 dez. 2022.

<sup>101</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Perfil das Instituições de Segurança Pública: Perfil das Instituições Estaduais de Segurança Pública. S/l, setembro de 2010. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio\\_pesquisa\\_perfil\\_anobase\\_2004-2007.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2004-2007.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

<sup>102</sup> Elaboração dos autores a partir de Lima & Bueno (2022) e Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030, IBGE, extraído de Tabnet/Ms.

<sup>103</sup> ISP – Instituto Sou da Paz. Onde mora a impunidade?: Porque o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios. Edição 2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/08/OndeMoraAImpunidade.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

<sup>104</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. 12º ciclo – Infopen. Amapá. S/l, s/d Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/AP/ap-junho-2022.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

prisional<sup>105</sup>.

O Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, produzido a partir de visitas realizadas em setembro de 2020, apontou vários problemas no sistema prisional do Amapá, dentre eles: o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Amapá, apesar de instituído pela Lei nº 2.226/17, não existia na prática, já não se reunindo há mais de um ano; a visita ao Complexo Penitenciário Masculino (Copema; “Cadeião”) verificou a separação dos presos conforme organizações criminosas, celas superlotadas, parca iluminação e ventilação, infestação de ratos e outras pestes, ausência de coleta de lixo, além de denúncia de violência e tortura cometida pelo Grupo Tático Prisional (GTP) e agentes penitenciários (MNPCT, 2020)<sup>106</sup>. Além dos levantamentos institucionais, pesquisas de campo realizadas nas imediações da instituição também sugerem práticas de violência por parte da polícia penal<sup>107</sup>.

Em termos de prevenção aos homicídios, o Amapá cria, por meio da lei estadual nº 2.672/22, uma premiação para policiais que realizaram apreensões de armas de fogo (Governo do Estado do Amapá, 2022h). Neste caso, apesar da circulação de armas figurar como um dos principais fatores precipitantes da violência letal, cabe aponta o risco da premiação por apreensão de armas funcionar como catalizador para mais mortes em decorrência de intervenção policial. Além destes elementos, destaca-se também o Plano Estratégico da Polícia do Estado do Amapá 2020 – 2028, que coloca a redução dos homicídios entre os seus objetivos estratégicos: “contribuir para a diminuição do número de homicídios no Amapá, por meio do aumento na resolubilidade dos casos (Gomes et al., 2020).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no Amapá parece agravar-se em pontos do território, destacando-se, nesse sentido, a capital e municípios da região metropolitana, bem como a fronteira Norte, na região do Oiapoque. O eixo Macapá-Santana concentra mais de 70% da população e mais de 80% dos homicídios registrados no período em números absolutos; juntamente com a região metropolitana, formam praticamente toda a área urbanizada do Estado. Nestes municípios, as facções se estabelecem no espaço prisional e estão presentes na rua, disputando territórios nos domínios das cidades. Além destas dinâmicas, também a violência policial e a violência de gênero atingem patamares muito superiores em relação ao restante do país, e mesmo no contexto da região norte.

Sobre as facções e coletivos criminais, o Amapá é atravessado pelas rotas hidroviárias do Rio Solimões/Amazonas, que adentram o estado a partir da fronteira Sudeste. Estas servem ao transporte e distribuição de drogas, armas, contrabando e produtos de crimes ambientais, como o

---

<sup>105</sup> Essa proporção é bem superior ao 1% informado por Lima & Bueno (2022) para o ano de 2021, o que colocava o estado com a pior proporção no Brasil.

<sup>106</sup> MNPCT – Mecanismo nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Relatório de Missão ao Estado do Amapá: (14 a 18 de setembro de 2020). S/l, dez. 2020. Disponível em: [https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/04/relatorio-amapa\\_02\\_04\\_2021.pdf](https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/04/relatorio-amapa_02_04_2021.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

<sup>107</sup> NEVES, Edmar Souza das. Minha história conto eu: escola e cultura prisional em instituição carcerária no Amapá. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Uninove, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1653/2/Edmar%20Souza%20das%20Neves.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

garimpo ilegal e a extração ilegal de madeira. Registra-se a presença de facções de base prisional do Sudeste do país, como o PCC e CV, mas também agrupamentos locais, como a Família Terror do Amapá (FTN) e Amigos para Sempre (APS), que tem a atuação mais proeminente no estado, reunindo o maior contingente de membros, ora associando-se, ora rompendo com PCC e CV.

A FTA figura como um dos atores importantes na disputa de territórios e produção de violência homicida no Amapá, além da prática de crimes conexos para o sustento das atividades; a liderança Alberto Magno Lobato, conhecido como “Imperador”, é investigado como mandante de mais de 100 homicídios. Inclusive, noticia-se o afloramento de disputas entre FTA e APS em 2021, o que possivelmente está relacionado ao pico de homicídios verificado em outubro e dezembro do mesmo ano. Macapá e Santana estavam no centro destas disputas, que assumem a forma de uma onda de assassinatos, praticados em decorrência da morte de um filho de um dos líderes da facção.

Por outro lado, existem interlocutores que apontam que muitos casos de assassinatos atribuídos às facções são, em realidade, produto do uso de força letal pela polícia. Disso é possível analisar que a violência policial, associada às incursões das facções e grupos locais, parecem ser responsáveis por boa parte das flutuações verificadas nas taxas de homicídios, bem como a maior concentração de casos no eixo Macapá-Santana. Existem dados, nesse sentido, que colocam a Polícia Militar do estado como a mais violenta do Brasil, em termos de mortes pelo uso da força policial. O uso da violência encontra ampla da sociedade civil e da imprensa, que não apenas normaliza, mas frequentemente celebra as mortes nestas circunstâncias.

Outro recurso que está relacionado à distribuição da violência no território diz respeito à construção da rodovia BR-156. Esta cruza todo o Amapá, desde o Laranjal do Jari, passando por Macapá, até o Oiapoque, na divisa com a Guiana Francesa, demarcando importante rota de tráfico de drogas, armas e pessoas. A rodovia também é responsável por espriar a violência pelo território, na medida em que diversos municípios localizados na beira das estradas registram taxas de homicídios mais elevadas que a média ou o entorno. Ganham destaque na mídia os homicídios praticados no Vale do Jari (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), atribuídos, dentre outros fatores, às disputas pelo controle das rotas de tráfico.

Aqui é importante notar que a presença e proliferação destes diferentes meios/vias de deslocamento sugere o potencial do estado de tornar-se um ponto estratégico de escoamento destes produtos. O baixo número de apreensões parecem indicar não necessariamente a ausência destas atividades, mas sim, a ausência de fiscalização e, conseqüentemente, sinalizações nas estatísticas. Tudo isso pode aprofundar ainda mais a presença destes grupos, levando a um possível agravamento dos conflitos, ainda mais considerando a natureza volátil deste mercado, em que a busca de espaços onde este poderá prosperar com maior facilidade é uma constante. O Porto de Santana, nesse sentido, ainda que não tenha se consagrado como um ponto de escoamento tão importante como outros espaços - como é, por exemplo, o Porto de Santos, em São Paulo, ou outras capitais do Nordeste - deve ser considerado nas análises e políticas de Segurança Pública, em decorrência da sua posição estratégica.

Além das hidrovias e rodovias, também é possível perceber a presença de aeródromos, que também são utilizados no tráfico de drogas e armas. Além das drogas, no entanto, a importância maior dá-se no garimpo ilegal. A mineração é uma atividade histórica no Amapá, sendo este o primeiro estado da região Norte a receber um empreendimento em escala industrial, ainda na

década de 1960; desde lá, o avanço das empresas mineradoras coadunam-se com períodos de declínio, associados à exaustão e falência, com posterior deslocamento da atividade para outras/regiões e municípios. É comum, nestes casos, a instalação de garimpos ilegais nas plantas abandonadas de empresas, gerando dinâmicas de conflito e violência difíceis de serem mapeadas, por todo o território do estado.

O extrativismo exploratório levado a cabo a partir da garimpagem ilegal é atividade geradora de grande impacto ambiental e conflito sobre os usos do solo, de difícil controle por parte das instituições fiscalizadoras, traduzindo-se na geração de considerável passivo socioambiental e violência, sobretudo em decorrência das restrições legais impostas à atividade. Mais da metade do território é formado por unidades de conservação; neste caso, o tensionamento provocado pela atividade é atestado pelo fato de boa parte (44%) dos processos minerários atualmente em curso estarem paralisados por estarem localizados em “áreas bloqueadas” - isto é, localizadas em Unidades de Conservação Integral, ou então, Terras Indígenas. Os focos da violência situam-se nos municípios de nos municípios de Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari; Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho; e Oiapoque e Calçoene.

Nestes casos, a violência é praticada no interior no garimpo, sobretudo contra famílias empregadas nas atividades, e principalmente contra as populações locais e povos originários. Muitas das famílias “empregadas” no garimpo no Amapá vivem em condições de escravidão ou análogas à escravidão; ainda assim, dependem amplamente da atividade, de modo que o fechamento implica em mobilização civil, protestos, entre outros, o que demonstra a dimensão social do problema do garimpo na região. A violência contra indígenas também é um problema histórico na região, destacando-se, nesse sentido, o caso envolvendo a TI Wājapi e TI Uaçá. Esta está localizada ao norte do país, próximo ao município de Oiapoque.

O Oiapoque é, possivelmente, o foco mais relevante de violência na região associada ao garimpo, além de rota de entrada do tráfico de drogas, armas e pessoas. Estas são atividades desenvolvidas em convergência, tornando-se etapas de uma mesma cadeia de geração de valor. No caso de Oiapoque, existem circunstâncias históricas relacionada às imigração ilegal, que tornam este um espaço de fragilização de vínculos, favorecendo a violência. A imigração ilegal de brasileiros para os garimpos da Guiana em decorrência das promessas de enriquecimento, e o estabelecimento destes nestes espaços afastados, favorece a acumulação de diferentes formas de violência no interior da estrutura do garimpo. Os homicídios fazem parte da ordem do dia, de modo que esta muitas vezes não chega a formar estatística, tal como indicado na reportagem de que em áreas florestais próximas aos garimpos na região é possível ver várias cruces na terra, indicando o sepultamento como indigente. Também é bastante comum o tráfico de pessoas e mulheres; estas últimas, inclusive, para o interior dos garimpos, local onde mulheres, adolescentes e crianças são sujeitas a uma diversidade de violências, desde à agressão física, exploração sexual e estupro.

Por fim, o Amapá também vem a ser denominado como “última fronteira de expansão agrícola” por parte de políticos ruralistas, apontados pelo envolvimento com esquemas de atuação dentro do próprio congresso para distribuição das áreas do cerrado amazônico para a plantação de soja e garimpo. A estrutura territorial do estado - como visto, amplamente protegida por lei -, associada ao precário arcabouço institucional para fiscalização da atividade agropecuária empresarial, potencializam o conflito, que muitas vezes assume formas violentas, sobretudo em

casos envolvendo expulsão de ocupantes, quilombolas e indígenas. O agravamento dos conflitos no campo é uma das facetas mais perversas do processo.

Diante destes cenários, as políticas de segurança pública do estado parecem favorecer a realização de intervenções “pontuais” voltadas ao combate ao tráfico de drogas - por exemplo, por meio de operações conjuntas em áreas consideradas de risco - em detrimento da valorização e do investimento voltado à ampliação da presença dos órgãos da segurança pública nos territórios. Também, o predomínio de flagrantes em detrimento de prisões resultantes de atividades investigativas; também o investimento da Polícia Militar é maior do que na Polícia Civil, que acaba por concentrar boa parte de suas atividades realizando atividades de policiamento ostensivo. O sistema prisional é alvo de denúncias constantes de tortura e maus tratos. Somando-se isto às altas taxas de mortalidade decorrentes de intervenções policiais, que colocam o Amapá em posição de destaque no panorama nacional, têm-se assim um quadro de acumulação de violência institucional, em que as ações concentram-se em iniciativas de execução penal. Verifica-se, assim, o enfraquecimento de modelos de governança coordenada, seja entre as diferentes corporações e agências de segurança pública, seja em relação aos outros setores de políticas públicas.

## 1. REFERÊNCIAS

- Adorno, Muniz, Neves, & Samora. (2022, February 10). As 53 facções criminosas do Brasil. *TV Record*.
- ALMEIDA, A., POSSAS, M., SOARES, F. Entre o “confronto” e a “execução”: uma análise da produção de sentidos e de oficialidade sobre a morte de civis no ‘caso Cabula-Salvador/BA’. Apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs, ST 03 Administração de conflitos, segurança pública e punição no Brasil. Caxambu, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st03-8/10139-entre-o-confronto-e-a-execucao-uma-analise-da-producao-de-sentidos-e-de-oficialidade-sobre-a-morte-de-civis-no-caso-cabula-salvador-ba/file>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- ALVES JUNIOR, Marcelino da Costa. LA GEOPOLÍTICA POMBALINA EN LA AMAZONIA SEPTENTRIONAL BRASILEÑA Y LA CONFIGURACIÓN DEL TERRITORIO DEL AMAPÁ (XVI-XX). *Revista de Estudos de Cultura*: 2016. v 4.
- AQUINO, J. VARGAS, J. Criminalidade e segurança pública na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. In: SANTOS, J., BARREIRA, C. (ORG.) *Paradoxos da segurança cidadã*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 89 – 102.
- Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. (2005, December 23). LEI Nº 0949, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005 - Dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o Grupo Magistério do Quadro de Pessoal do Governo do Estado do Amapá e organiza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo Estadual. *Diário Oficial Do Estado Nº 3668, de 23.12.2005*. [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O\\_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf)
- Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. (2013, August 21). LEI N.º 1.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2013 - Dispõe sobre normas e diretrizes da Rede de Atendimento à Mulher, vítima de



- violência doméstica, familiar e sexual no Estado do Amapá. *Diário Oficial Do Estado* Nº 5535, de 21.08.2013. [http://www.al.ap.gov.br/ver\\_texto\\_lei.php?iddocumento=44418](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=44418)
- Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. (2015, June 24). LEI Nº 1.907, DE 24 DE JUNHO DE 2015 - Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015 -2025, e dá outras providências. *Diário Oficial Do Estado* Nº 5982, de 24.06.2015. [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O\\_d29705badb707c38522b2654b2deaeb8.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_d29705badb707c38522b2654b2deaeb8.pdf)
- Brasil, & Secretaria Nacional de Justiça. (2015). *Pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira*. Ministério da Justiça. [www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexospesquisas/pesquisa\\_enafron\\_202x266mm\\_1710\\_19h00\\_web.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexospesquisas/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf)
- Brito. (2020). Uma trajetória histórica da territorialidade amapaense. *Revista Ciência Geográfica*, XXIV(3).
- Brito; Almeida; Gomes; Salomão. 10 fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal. Iamazon: 2020.
- Chmyz, Igor. Sganzerla, Eliane. Ocupação Humana na Área do Complexo do Jari. *Arqueologia*, Curitiba: 2006, v. 9, p. 129-149
- CIMI. (2018). *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Relatório de 2020*.
- CIMI. (2019). *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Relatório de 2019*.
- CIMI. (2020). *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Relatório de 2020*.
- Costa, Favacho, Araújo, Silva, Silva, Nunes, Brito, Aragão, Silva Sá, Passos, Barbosa, Aragão, Silva, Vasquez, Matos, Silva, Silva, & Silva. (2022). *PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS*. Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá - IAPEN. [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O\\_a7d39fda79438f471e056ee12fecb560.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_a7d39fda79438f471e056ee12fecb560.pdf)
- Costa, G. dos S. (2022). *O Papel dos Mecanismos de Governança na Formulação dos Planos Estaduais de Segurança Pública*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de PósGraduação em Administração da Universidade de Brasília.
- CUSTÓDIO, E. S. A PRESENÇA NEGRA NO AMAPÁ: DISCURSOS, TENSÕES E RACISMO. Identidade: 2016. Disponível: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2772>
- CPT Nacional. (2022). *Conflitos Fundários no Campo*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
- FBSP, Núcleo de Estudos da Violência da USP, & Globo. (2022). *Monitor da Violência*. <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>
- Godoi; Christoph Grillo; Tonche; Mallart; Ramachiotti; Braud. Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de “resistência seguida de morte” na cidade de São Paulo, *Revista de Estudos Sociais* [En línea], 73 | 01 julio 2020, Publicado el 01 julio 2020, consultado el 13 diciembre 2022. URL: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/48112>
- Silva, & Prata. (2020). *Plano Estratégico da Polícia Civil do Estado do Amapá 2020 a 2028*. Polícia Civil do Estado do Amapá. <http://www.policiacivil.ap.gov.br/docs/plano.pdf>
- Governo do Estado do Amapá. (2021a, October 26). Operação Saturação: Governo divulga balanço de ações de repressão ao crime organizado. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/2610/operacao-saturacao-governo-divulga-balanco-de-acoes-de-repressao-ao-crime-organizado>
- Governo do Estado do Amapá. (2021b, November 29). Operação Papai Noel inicia com patrulhamento ostensivo em áreas estratégicas. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/2911/operacao-papai-noel-inicia-com-patrulhamento->

ostensivo-em-areas-estrategicas

- Governo do Estado do Amapá. (2021c, December 13). Estado Forte, Povo Seguro: Governo anuncia novo pacote de fortalecimento da Segurança Pública. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. [https://www.amapa.gov.br/ler\\_noticia.php?slug=1312/estado-forte-povo-seguro-governo-anuncia-novo-pacote-de-fortalecimento-da-seguranca-publica](https://www.amapa.gov.br/ler_noticia.php?slug=1312/estado-forte-povo-seguro-governo-anuncia-novo-pacote-de-fortalecimento-da-seguranca-publica)
- Governo do Estado do Amapá. (2021d, December 13). Parceria entre Governo e Poder Judiciário permitirá ressocialização via Amapá Jovem. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/1312/parceria-entre-governo-e-poder-judiciario-permitira-ressocializacao-via-amapa-jovem>
- Governo do Estado do Amapá. (2022a). *Governo do Estado do Amapá: Relatório Anual 2021 GSI*. Gabinete de Segurança Institucional. <https://amapa.gov.br/>
- Governo do Estado do Amapá. (2022b, January 3). Saiba como concorrer às vagas das escolas de gestão compartilhada, cívico-militares e bilíngue. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*.
- Governo do Estado do Amapá. (2022c, January 26). Amapá e Guiana Francesa fortalecem ações para combater crimes na fronteira. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/2601/amapa-e-guiana-francesa-fortalecem-acoes-para-combater-crimes-na-fronteira>
- Governo do Estado do Amapá. (2022d, February 8). Confirma o resultado da 1ª etapa do processo seletivo de monitor do Amapá Jovem. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/0802/confira-o-resultado-da-1-ordf-etapa-do-processo-seletivo-de-monitor-do-amapa-jovem>
- Governo do Estado do Amapá. (2022e, March 8). Pronatec Prisional: Governo seleciona professores bolsistas e profissionais para atuação na equipe técnica. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/0703/pronatec-prisional-governo-seleciona-professores-bolsistas-e-profissionais-para-atuacao-na-equipe-tecnica>
- Governo do Estado do Amapá. (2022f, March 22). Governo e PRF prorrogam acordo de integração da rede de radiocomunicação digital. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://portal.ap.gov.br/noticia/2203/governo-e-prf-prorrogam-acordo-de-integracao-da-rede-de-radiocomunicacao-digital>
- Governo do Estado do Amapá. (2022g, March 28). Governo do Amapá entrega nova Escola de Gestão Compartilhada Militar no Igarapé da Fortaleza. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2803/governo-do-amapa-entrega-nova-escola-de-gestao-compartilhada-militar-no-igarape-da-fortaleza#:~:text=O%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20entregou,milh%C3%A3o%2C%20proveniente%20do%20tesouro%20estadual.>
- Governo do Estado do Amapá. (2022h, April 11). Waldez sanciona lei que garante premiação por apreensão de armas de fogo. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1104/waldez-sanciona-lei-que-garante-premiacao-por-apreensao-de-armas-de-fogo#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20dia%20%20de,de%20mortes%20violentas%20no%20Amap%C3%A1.>
- Governo do Estado do Amapá. (2022i, April 18). Sejuv apresenta equipe de comunicação para bolsistas do Amapá Jovem. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1804/sejuv-apresenta-equipe-de-comunicacao-para-bolsistas-do-amapa-jovem>
- Governo do Estado do Amapá. (2022j, April 27). Força de Segurança Integrada é instituída no Amapá. *Governo Do Estado Do Amapá: Notícias*. <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2704/forca-de->



- estadual-e-federal-intensificam-combate-ao-crime-organizado  
Governo do Estado do Amapá, & SEJUSP. (2021). *OFÍCIO Nº 330101.0076.2280.0005/2021 CERG - SEJUSP*. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública.  
[https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SEJUSP\\_50000fca7bf032fddb8e1e55d1699ed3.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_50000fca7bf032fddb8e1e55d1699ed3.pdf)
- Governo do Estado do Macapá. (2022, February 15). Parceria entre Governo do Amapá e Polícia Federal já fez 36,5 mil identificações criminais no Estado. *Governo Do Estado Do Macapá: Notícias*. <https://www.amapa.gov.br/noticia/1502/parceria-entre-governo-do-amapa-e-policia-federal-ja-fez-36-5-mil-identificacoes-criminais-no-estado>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola -LSPA, março 2018. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>.
- INPE. (2022). *TerraBrasilis V. 1.1.0 (Plataforma Virtual)*. INPE. <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>
- Instituto Socioambiental. (2022). *Terras Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental.  
<https://terrasindigenas.org.br/>
- Kenny, M. (2007). The architecture of drug trafficking: network forms of organization in the Colombian Cocaine Trade. *Global Crime*, 8(3), 233–259.
- Leal, M. L., & Leal, M. de F. (2002). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil*. CECRIA.
- Lima, R. S., & Bueno, S. (2022). Cartografias das Violências na Região Amazônica: Relatório Final. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*.
- Lima, R. S. L., & Bueno, S. (2022). 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- Mendes; Gomes-Sponholz; Monteiro; Pinheiro; Barbosa. Mulheres que vivem em garimpos da fronteira franco-brasileira: desafios cotidianos. REBEN: 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reben/a/YRJdMMcqjckDfbh4ydmbxr/?format=pdf&lang=pt>
- Ministério Público do Estado do Amapá. (2022a). Apresentação. *Ministério Público Do Estado Do Amapá*. <https://www.mpap.mp.br/apresentacao>
- Ministério Público do Estado do Amapá. (2022b). Composição. *Ministério Público Do Estado Do Amapá*. <https://www.mpap.mp.br/composicao>
- Nascimento, J. de S., & Silva, R. C. Q. (2019). *O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES EM TRÊS DIMENSÕES: GÊNERO, MIGRAÇÃO E ROTA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA*. ST05 Ciências Sociais pelos Interiores: Novas Cartografias de Gênero e Diversidade Sexual no Brasil.
- OLIVEIRA, M. J. (2010). Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses. *Tese (Doutorado) – Universidade Federal Do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação Em Desenvolvimento Sustentável Do Trópico Úmido*.
- PACHECO, J. Raio X da violência no Amapá em 10 pontos, segundo o Anuário da Segurança Pública. G1 AMAPÁ. Macapá, 19 jul. 2021.. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/07/19/raio-x-da-violencia-no-amapa-em-10-pontos-segundo-o-anuario-da-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em 07/10/2022.
- PAIVA, L. F. (2018). As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(99).
- PEREIRA, A. Estado, polícia e sociedade: uma análise das ações do batalhão de operações especiais (BOPE) no Amapá. *Lutas, Experiências e Debates na América Latina: Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos - Foz do Iguaçu, Imago Mundi/PPG – IELA Unila*, 2015.
- PRATES, R. C., & BACHA, C. J. C. (2011). Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Economia e Sociedade Campinas*, 20(3), 601–636.

- Rauber. (2020). A concentração socioeconômica e os ciclos de exploração dos recursos naturais no estado do Amapá. ", *PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades Do Curso de Ciências Sociais Da UNIFAP*, 13(4), 181–200.
- Rauber, A., & Palhares, J. (2022). O contexto e as perspectivas da exploração mineira no Amapá. *COFINS - Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 55(1).  
<https://doi.org/https://doi.org/10.4000/confins.45935>
- SEJUSP. (2022). *Relatório de Gestão Consolidado 2020 e 2021*. SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.  
[https://portaldaseguranca.portal.ap.gov.br/publicacoes/relatorio\\_gestao](https://portaldaseguranca.portal.ap.gov.br/publicacoes/relatorio_gestao)
- SENASP. (2020). *Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública*. Coordenação-Geral de Estatística e Análise.  
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDc0ZWVjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- SANTOS, E. R. C. URBANIZAÇÃO E REDE URBANA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE/AP. *Revista Formação*: 2012. Disponível em  
[file:///C:/Users/vhoff/Downloads/1720-Texto%20do%20Artigo-5653-6081-10-20130321%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vhoff/Downloads/1720-Texto%20do%20Artigo-5653-6081-10-20130321%20(2).pdf)
- Silva. (2005). *Análise da implementação dos Planos de Recuperação de áreas degradadas pela mineração em Lourenço (AP)*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
- Silva, B. (2019). *Tráfico humano: um panorama do fluxo de brasileiras para fins de exploração sexual na Região das Guianas*. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira.
- Silva. M. L. LA GEOPOLÍTICA POMBALINA EN LA AMAZONIA SEPTENTRIONAL BRASILEÑA Y LA CONFIGURACIÓN DEL TERRITORIO DEL AMAPÁ (XVI-XX). Pontificia Univerisdade Católica de São Paulo - Dissertação de Mestrado em História Social, 2007.
- Silva. M. L. “O território imaginado”: Amapá, de território à autonomia política (1943- 1988). UnB: 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23698> Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. (2022, October 11). Escritório Social, Conselho da Comunidade e Faculdade Estácio-FAMAP realizam programação especial de Dia das Crianças para filhos de egressos do sistema prisional. *Tribunal de Justiça Do Estado Do Amapá: Notícias*.  
<https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/escritorio-social-conselho-da-comunidade-e-faculdade-estacio-famap-realizam-programacao-especial-de-dia-das-criancas-para-filhos-de-egressos-do-sistema-prisional.html>
- Vidigal, V. (2021, August 13). Policiais do AP vão testar câmeras nos uniformes para filmar ações de militares e agentes. *GI Amapá*. <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/08/13/policiais-do-ap-vaio-testar-cameras-nos-uniformes-para-filmar-acoes-de-militares-e-agentes.ghtml>

## 2. ANEXO I

### 3. Dados Sociodemográficos

Dados territoriais				
<b>Estados limítrofes</b>	PA			
<b>Fronteiras</b>	Guiana Francesa, Suriname			
<b>Nº municípios</b>	16 municípios			
<b>Área territorial</b>	142470,762 km²			
Dados Sociodemográficos		Amapá	Região Norte	Brasil
<b>População</b>	População estimada (2021)	877 613	18.906.962	213.317.639
	Densidade Demográfica (hab/km²)	4,69	4,12	22,43
	% população 0 - 14 anos (2010)	33,11	31,2	24,1
	% população 15 – 29 anos (2010)	30,70	29,5	26,9
	% população 30 - 59 anos (2010)	31,01	32,5	38,2
	% população 60 + anos (2010)	5,19	6,8	10,8
	% população negra (2010)	8,71	6,4	7,6
	% população parda (2010)	65,23	66,9	43,1
	% população indígena (2010)	1,11	1,9	0,4
	% população branca (2010)	23,97	23,4	47,7
	% população urbana (2010)	89,77	73,5	84,4
	% população rural (2010)	10,23	26,5	15,6
<b>Renda e desigualdade</b>	Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita (2022)	R\$ 1 177,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23
	Índice de Gini (do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano) (2022)	0,53	0,53	0,54
	% pobres (2003)	39,62	40,1	37,6
	% extremamente pobres (2003)	10,03	12,5	8,4
	% população vivendo em aglomerados subnormais (2010)	21,58%	14,4	72,6

<b>Trabalho</b>	Taxa de desocupação (14+) (2021)	16,80	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	41,98	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2 424,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
<b>Educação</b>	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	5,1	7,0	6,1
	Média anos de estudo (15+) (2019)	10,1	9,3	9,8
	% população (14+) com 5 anos ou menos de estudo (2019)	13,95	11,49	10,35

**Fonte:** Elaboração Diest/Ipea. **(1)** % por idade, SIDRA <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>>; **(2)** Incidência da Pobreza - IBGE Cidades - 2003; **(3)** IBGE. Domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%) - Notas Técnicas - 2019 (UF) <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf)>; **(4)** Síntese de Indicadores Sociais - IBGE Cidades - 2021 <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>>; **(5)** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas). Tabela 1.2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2021; **(6)** IBGE. Rendimento médio real do trabalho principal, SIDRA - 2022 <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>>; **(7)** Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais). (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>>; **(8)** Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade. (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>>; **(9)** Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo. (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>>.

## 4. ANEXO II

## 5. Evolução das Taxas Médias de Homicídios por 100 mil habitantes, por município – Amapá, entre 2008 a 2020

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Municípios										
Macapá	34,2	36,6	32,8	36,2	37,7	45,4	49,7	56,1	53,4	36,49
Santana	33,3	35,3	35,3	32,0	31,5	35,6	45,1	55,2	53,2	32,73
Oiapoque	28,2	24,3	26,5	30,1	29,2	28,4	25,0	29,5	41,3	30,93
Porto Grande	24,9	27,9	34,3	37,0	41,1	50,0	58,6	58,8	43,4	27,72
Itaubal	22,6	29,3	21,4	13,9	20,4	26,5	25,9	25,3	30,9	15,57
Ferreira Gomes	33,2	26,8	26,0	30,3	29,4	33,3	37,0	36,0	43,9	28,82
Pracuúba	17,0	16,4	15,9	23,1	14,9	21,7	7,0	20,6	13,4	17,65
Laranjal do Jari	43,5	44,8	39,2	24,8	27,9	30,1	35,8	26,1	28,3	29,82
Tartarugalzinho	20,5	19,7	19,1	18,4	17,8	32,4	46,1	42,7	39,6	24,07
Calçoene	17,9	17,5	24,0	40,3	49,4	48,4	38,0	34,2	27,5	29,31
Cutias	27,4	20,0	13,0	0,0	12,4	12,1	23,7	17,4	28,4	21,17
Vitória do Jari	12,9	22,7	17,2	19,2	14,0	13,7	15,6	15,3	17,1	13,35
Mazagão	15,1	14,7	12,6	17,6	20,6	25,1	27,9	22,5	25,2	21,39
Amapá	12,0	15,8	19,5	23,2	19,2	15,2	11,3	11,2	11,1	16,12
Serra do Navio	0,0	7,2	14,1	20,7	27,1	19,9	26,1	19,2	25,1	7,52
Pedra Branca do Amapari	6,0	19,8	24,3	33,5	22,1	23,5	13,5	13,0	8,4	3,18

**Fonte:** SIM/MS; IBGE. Elaboração DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

## 6. ANEXO III



## 7. Evolução de Taxas Médias de Homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, Região Norte e UFs, entre 2009 e 2020

	2009 – 2011	2010 – 2012	2011 – 2013	2012 – 2014	2013 – 2015	2014 – 2016	2015 – 2017	2016 – 2018	2017 – 2019	2018 – 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

**Fonte:** SIM/MS; IBGE. Elaboração Diest/Ipea. Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais dos dois anos anteriores, dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. População obtido de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

## 8. ANEXO IV

## 9. Policiais Mortos em Confronto (em serviço e fora de serviço), Taxa por 1000 policiais na ativa – Brasil, UFs, 2020 e 2021

	2020	2021
Brasil	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

## 10. ANEXO V

## 11. Mortes Decorrentes de Intervenção Policiais, Taxa por 100 mil habitantes – Brasil, UFs, 2020 e 2021

	2020	2021
Brasil	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

## 12. ANEXO VI

### 13. Femicídios, Taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil, UFs, 2020 e 2021

	2020	2021
Brasil	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

### 14. ANEXO VII

### 15. Homicídios Femininos, Taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil, UFs, 2020 e 2021

	2020	2021
Brasil	<b>3,7</b>	<b>3,6</b>
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

### 16. ANEXO VIII

## 17. Estupro e Estupro de Vulnerável\*, Taxa por 100 mil habitantes – Brasil, UFs, 2020 e 2021

	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). \* Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (Anuário FBSP, 2022a).

## 18. ANEXO IX

## 19. Lesão Corporal Dolosa – Violência Doméstica, Taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil, UFs, 2020 e 2021

	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

## 20. ANEXO X

## 21. Perfil das Instituições de Segurança Pública, Efetivos – Amazonas, 2020

22. Instituição	23. Capital e Região Metropolitana	24. Interior	25. Total
27. Polícia Militar	28. 2496	29. 994	30. 3440
31. Polícia Civil	32. 705	33. 424	34. 1129
35. Corpo de Bombeiros Militar	36. Sem informações	37. Sem informações	38. Sem informações
39. Órgãos Oficiais de Perícia	40. 21	41. 184	42. 205

Fonte: SENASP/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

## 43. ANEXO XI

## 44. Perfil das Instituições de Segurança Pública, Unidades Operacionais – Amapá, 2020

45. Instituição	46. Capital e Região Metropolitana	47. Interior	48. Total
50. Polícia Militar <sup>108</sup>	51. 8	52. 6	53. 14
54. Polícia Civil <sup>109</sup>	55. 32	56. 14	57. 46
58. Corpo de Bombeiros Militar <sup>110</sup>	59. 9	60. 4	61. 13
62. Órgãos Oficiais de Perícia <sup>111</sup>	63. 10	64. 9	65. 19

<sup>108</sup> As 14 unidades operacionais da Polícia Militar do Amapá estão distribuídas em 9 Batalhões (5 no Interior e 4 na Capital); 5 Batalhões Especializados (1 no Interior e 4 na Capital). Não existem Companhias Independentes e Companhias Independentes Especializadas.

<sup>109</sup> As 46 unidades operacionais da Polícia Civil no Amapá estão distribuídas em: 23 Delegacias (11 no Interior e 12 na Capital e Região Metropolitana); 16 Delegacias Especializadas (2 no Interior e 14 na Capital e Região Metropolitana); 7 Postos e Núcleos (1 no Interior e 6 na Capital e Região Metropolitana). Não existem informações sobre outras unidades.

<sup>110</sup> As 13 unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar estão distribuídas em Batalhões no Interior (4), Capital (4) e Região Metropolitana (5)

<sup>111</sup> As 19 unidades operacionais dos Órgãos Periciais de Perícia no Amapá estão distribuídas em: 5 unidades de Criminalística (3 no Interior, 1 na Capital e 1 Região Metropolitana); 5 unidades de Identificação (3 no Interior, 1 na Capital e 1 Região Metropolitana); 5 unidades de Medicina Legal (3 no Interior, 1 na Capital e 1 Região Metropolitana);

Fonte: SENASP/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMDc0ZWFiYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>

## 66. ANEXO XII

### 67. Perfil das Instituições de Segurança Pública, Efetivos – Amapá, 2021 e 2022

68. Instituição	69. Números Absolutos (2021)	70. Números Absolutos (2022)
71. Polícia Militar	72. 3.121	73. 3.307
74. Polícia Civil	75. 1.039	76. 1.004
77. Corpo de Bombeiros	78. 1.157	79. 1.169
80. Perícia Técnica	81. 77	82. 79
83. Polícia Penal	84. 786	85. 946

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022a). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

## 86. ANEXO XIII

### 87. Operações da Força Nacional, Efetivo Mobilizado por Órgão Cedente – Amapá, 2021 e 2022

88. Instituição	89. 2019	90. 2020	91. 2021
92. Corpo de Bombeiros	93. 38	94. 33	95. 8
96. Polícia Civil	97. 22	98. 9	99. 6
100. Polícia Militar	101. 1	102. 3	103. 1

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022a). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

## 104. ANEXO XIV

2 Laboratórios Centrais (1 na Capital e 1 na Região Metropolitana); 2 Laboratórios de DNA Forense (1 na Capital e 1 na Região Metropolitana).

## 105. Quadros de Informações sobre Segurança Pública, Políticas de Segurança Pública e Cooperação - Amapá

- i. Força Tarefa de Segurança Pública do Amapá– a operacionalização se deu com a criação, abril de 2022, de uma força-tarefa com equipe operacional composta por profissionais da Sejusp, PF, PRF, PC, PM e Polícia Penal (Governo do Estado do Amapá, 2022j). A partir de monitoramento das equipes de inteligência são realizadas ações, como buscas e apreensões em presídios (Governo do Estado do Amapá, 2022p). A meta prevista é “identificar chefes de facções, as rotas do tráfico de drogas, as redes de distribuição de produtos ilegais, rastrear e interceptar a lavagem de dinheiro, circulação de armas, assaltos e furtos encomendados” (Governo do Estado do Amapá, 2022s). Numa das operações, por exemplo, a Força Tarefa de Segurança Pública do Amapá (FTSP), contou, além dos seus integrantes, membros do Bope, Força Tática, outros Batalhões da PM, Grupo Tático Aéreo, Corpo de Bombeiros Militares, CORE da Policial Civil e Grupo Tático Prisional (GTP) (BRASIL, 2022).<sup>112</sup>
- ii. Operação Ágata - Missões na Fronteira– desde de 2011, num período do ano, policiais militares do Amapá apoiam o Exército para reprimir delitos transfronteiriços e ambientais (GOVERNO FEDERAL, 2013). No Amapá, a operação se concentra nos 150 quilômetros a partir da linha de 700 quilômetros de fronteira (Suriname e Guaiana Francesa), onde as forças armadas possuem poder de polícia (Pacheco, 2014).<sup>113</sup> Tem participado também em apoio: PF, Marinha do Brasil, ICMBio, Ibama, PC, PRF, Abin, Agência Nacional de Mineração (ANM) e FUNAI (Governo do Estado do Amapá, 2022n). Acrescente-se que as bases militares do exército se concentram, na fronteira com as Guianas (Oiapoque) e na Capital (Macapá), enquanto as bases da Marinha se localizam próximo à foz do Rio Amazonas e na fronteira com a Guiana Francesa;
- iii. Cooperação com a força policial militar da Guiana Francesa – o objetivo é fortalecer a cooperação regional em ambas as margens do rio Oiapoque, no combate a crimes ambientais, tráfico de entorpecentes, tráfico de armas e garimpo ilegal (Governo do Estado do Amapá, 2022c).
- iv. Integração de rede de radiocomunicação digital – Sejusp e PRF mantém cooperação técnica garantindo a PRF a utilização do sistema de radiocomunicação digital da segurança pública do Amapá(Governo do Estado do Amapá, 2022f).
- v. Projeto Hídez e Integração dos Sistemas de Identificação - tem sido processados pela PF Boletins de Identificação Criminal do Amapá, o que tem permitido identificar, por exemplo, crimes de falsidade ideológica (Governo do Estado do Macapá, 2022). A Superintendência da Polícia Federal do Amapá, conta com parceria do Ministério Público do Amapá, Tribunal de Justiça (TJ-AP), governo do Amapá e outros órgãos como o sistema S (“Projeto..., 2022).<sup>114</sup>
- vi. Proteção a vítimas, júri e testemunhas – em junho de 2022, foi sancionada lei que institui o Programa Estadual a Vítimas e Testemunhas Ameaçada, cujo Conselho Deliberativo responsável pela gestão,

<sup>112</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Comunicação Social da Força Tarefa de Segurança Pública. Gov.br. Força Tarefa de Segurança Pública combate tráfico de drogas e organização criminosa. S/l, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/09/forca-tarefa-de-seguranca-publica-combate-trafico-de-drogas-e-organizacao-criminosa>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>113</sup> PACHECO, J. Exército mobiliza 800 homens de três estados na fronteira do Amapá. G1 Amapá. S/l, 11 mai. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/05/exercito-mobiliza-800-homens-de-tres-estados-na-fronteira-do-amapa.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>114</sup> “Projeto Hídez”, desenvolvido pela PF/AP, em parceria com MP-AP e outras instituições, fica em 1º lugar no Concurso Nacional de Inovação da Polícia Federal. Ministério Público do Estado do Amapá. Notícias. S/l, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://mpap.mp.br/noticias/gerais/projeto-higidez-desenvolvido-pela-pf-ap-em-parceria-com-mp-ap-e-outras-instituicoes-fica-em-1-lugar-no-concurso-nacional-de-inovacao-da-policia-federal>. Acesso em: 13 dez. 2022.

- é formado pela Sejusp (coordenação), Controladoria-Geral do Estado (CGE), Procuradoria-Geral do Estado, TJAP, TRF1, MP/AP, OAB-AP, Defensoria Pública-Geral do Amapá (DPE/AP), PF e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Waldez..., 2022).<sup>115</sup>
- vii. Rede Abraça-me O Estado possui essa rede voltada para o enfrentamento ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil formada por órgãos estatais e da sociedade civil, que trabalha na prevenção e atendimento (saúde, social e justiça) às vítimas, com um fluxo que envolve as unidades de saúde, Conselhos Tutelares, Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Praticados Contra a Criança e Adolescente (Dercca), Política Técnico-Científica do Amapá (Politec), Delegacia Especializada em Atos Infracionais (Deiai), Ministério Público e Judiciário (Governo do Estado do Amapá, 2022i; Ministério Público do Estado do Amapá, 2022a, 2022b).
  - viii. Rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, familiar e sexual: compõem a rede, a Sejusp, Delegacia Geral de Polícia Cvil (DGPC), Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher (DECCM), PM, Polícia Técnico Científica (Politec), Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciops) e CBM (Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, 2013).
  - ix. Ações para reintegração social de apenados – Há parceria com o TJ-AP para o trabalho de reeducandos na construção de rodovias públicas e áreas e prédios institucionais (Governo do Estado do Amapá, 2022k). Também há o Escritório Social do Amapá, equipamento de gestão compartilhada entre o CNJ, Poder executivo do Amapá e TJAP, que realiza encaminhamentos de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para políticas públicas(Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, 2022). Um Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Amapá e o Tribunal de Justiça é voltado para a “ressocialização e reinserção social de pessoas reclusas no Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), por meio do Programa Amapá Jovem” (Governo do Estado do Amapá, 2021d). O programa Amapá Jovem, coordenado pela Secretaria Extraordinária de Políticas para a Juventude (Sejув), foco na formação, qualificação e fortalecimento de políticas públicas para amapaenses de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social, com bolsas variando de R\$150,00 (auxílio-permanência) a R\$1.200,00 (monitores). São oferecidas atividades de monitoria, estágio, esporte, lazer, cultura e empreendedorismo para 27 mil jovens em todo o estado (Governo do Estado do Amapá, 2022d, 2022i).
  - x. Educação para apenados e pessoas em medidas cautelares – Sejus e a Secretaria de Estado de Educação lançaram em 2022 um plano que prevê como participantes de uma rede de parcerias, além de órgãos das duas secretarias, instituições religiosas, sistema S, conselhos, MP-AP, DP-AP, VEP-Escritório Social, Unifap, Fóruns EJA/AP e EJA/Brasil (Costa et al., 2022). Homens e mulheres privados de liberdade no regime fechado e provisório, em cumprimento de alternativas penais, penas restritivas de direito ou medidas cautelares” também foram incluídos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/Novos caminhos) que tem como objetivo expandir e interiorizar “a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Ensino Médio e de Cursos de Formação Inicial e Continuada” (Governo do Estado do Amapá, 2022e).
  - xi. Escolas de gestão compartilhada e escolas do Programa Cívico Militar (PECIM) - a Polícia Militar do Amapá tem participado de parceria com a Secretaria de Estado de Educação na gestão compartilhada de escolas, uma das ações de cooperação com outros setores. No entanto, tal modalidade não está prevista no Plano Estadual de Educação (PPE) ou no Sistema Estadual de

<sup>115</sup> WALDEZ sanciona Programa Estadual de proteção a vítimas, júri e testemunhas. Amapá –Governo do Estado. S/l, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0106/waldez-sanciona-programa-estadual-de-protacao-a-vitimas-juri-e-testemunhas#:~:text=Portal%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20%2D%20Waldez,a%20v%C3%ADtimas%2C%20j%C3%BAri%20e%20testemunhas&text=Programa%20permitir%C3%A1%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20medidas,e%20sejam%20v%C3%ADtimas%20de%20amea%C3%A7as.&text=Lei%20foi%20sancionada%20nesta%20quarta,01%2C%20no%20Pal%C3%A1cio%20do%20Setentri%C3%A3o>. Acesso em: 13 dez 2022.



Educação (Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, 2005, 2015). Além disso, em que pese, eventuais benefícios, a entrada da Polícia Militar em mais essa função retira recursos, já escassos, da área de segurança pública (Governo do Estado do Amapá, 2022b, 2022g).

**Fonte:** Relatórios de Gestão Consolidado 2020 e 2021 (2022)

## **Quadro 2** – Objetivos Estratégicos do Planesp 2016-2025

Objetivos estratégicos (OE)
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fomentar a captação de recursos</li> <li>2. Aperfeiçoar a aplicação de recursos</li> <li>3. Incrementar a receita orçamentária da Segurança Pública para Custeio e Investimento</li> <li>4. Aperfeiçoar a formação e capacitação continuada</li> <li>5. Aprimorar a política de gestão de pessoas</li> <li>6. Adequar o efetivo dos órgãos</li> <li>7. Garantir a satisfação e valorização dos servidores</li> <li>8. Melhorar e ampliar a tecnologia da informação</li> <li>9. Garantir a disponibilidade de insumos, equipamentos e instalações físicas adequadas à atividade de segurança pública.</li> <li>10. Promover a gestão do conhecimento, padronizando os procedimentos administrativos e operacionais</li> <li>11. Estabelecer a gestão estratégica no âmbito da segurança pública</li> <li>12. Integrar ações e compartilhar informações dos órgãos da segurança pública</li> <li>13. Promover mecanismos de participação social</li> <li>14. Reduzir os índices de criminalidade</li> <li>15. Aumentar a confiança da sociedade em relação aos órgãos da segurança pública</li> </ol>

**Fonte:** Relatório de Gestão Consolidado 2019 (Governo do Estado do Amapá & SEJUSP, 2021)

## **Quadro 3** - Ações e resultados do Planesp nos relatórios de gestão 2020-2021

	<b>Ações</b>	<b>Resultados alcançados</b>
1	3. Especializar os servidores em elaboração de projetos e gestão de convênios	2021 - 151 servidores da Sejusp e órgãos vinculados foram capacitados em cursos relacionados à gestão de convênios federais
3	11 Revisar e evitar a política de contingenciamento orçamentário dos órgãos e entidades da segurança pública.	2020 - As despesas dos órgãos de segurança pública <b>NÃO</b> foram objeto de contingenciamento em 2020...
4	15. Garantir a formação e capacitação continuada dos profissionais da Segurança Pública	2021 - 305 servidores da Sejusp e órgãos vinculados foram capacitados em cursos voltados à Gestão Pública e 40 Policiais militares em cursos anticorrupção, 9 policiais em cursos de armamento e tiro
5	32. Criar e implantar programa para a promoção da saúde física e mental dos servidores de segurança pública	2021 - aquisição de 473 testes psicológicos para atender o Programa de Promoção de Saúde e Qualidade de vida -Provida-Amapá
7	53. criar gratificação ou mecanismos de compensação para os profissionais que estejam exercendo função de monitor ou instrutor nos centros de formação ou capacitação	2021- No planejamento do FUNSEP está previsto o pagamento de hora-aula aos profissionais de segurança pública que exercerem a função de facilitadores nas capacitações

8	55. Melhorar e ampliar o sistema de informação e comunicação do CIODES	2020 - Em 2020, foi adquirido com recursos do FUNSEP, para atender o <b>CIODES</b> , licenças de Sistema de atendimento, despacho e gerenciamento de ocorrências, denominada <b>SIGHGRAPH I/CAD</b> , visando a atualização e expansão do módulo de software existente, bem como treinamento e operação assistida. 2021 - Foram realizadas aquisições de Infraestrutura de sistemas de radiocomunicação digital para o CIODES, com custo de R\$ 2.270.146,00 e aquisição de licenças de software, ao custo de R\$ 1.025.502,00
8	59. Modernizar a investigação criminal	2021 - Aquisição de solução tecnológica de extração de dados em dispositivos móveis para Polícia Civil e Sejusp, ao custo de R\$1.077.724,00
9	67. Reparcelamento dos órgãos de segurança pública de forma adequada e suficiente	2020 – Em 2020, foram adquiridos 16 veículos, 4.586 itens de mobiliário, 7 elevadores, 2.427 equipamentos de informática, 574 materiais de perícia, 160 pneus para serem empregados nos órgãos de segurança pública. 2021 - aquisição de pistolas semiautomáticas, coletes balísticos, munições reais e de treinamento e motocicletas para a PMAP; aquisição de motores de popa, esguicho e materiais de proteção e segurança ao CBMAP, totalizando R\$ 6.260.435,00
9	76. Construir, modernizar e reformar infraestruturas físicas em todos os órgãos de segurança pública por meio do plano de obras	2021 -Reforma e ampliação do CIODES, ao custo de 1.563.813,00

**Fonte:** Relatórios de Gestão Consolidado 2020 e 2021 (2022)

#### **Quadro 4 – Despesas empenhadas na função segurança pública**

	Valores (R\$) 2018	Valores (R\$) 2019	Valores (R\$) 2020	Valores (R\$) 2021	Crescimento (%) 2018 – 2020
Despesa na função segurança pública (FSP)	529.842.020,86	656.704.794,49	827.921.837,39	749.172.351,56	41,4
Despesa na subfunção segurança pública	Sem informação	Sem informação	42.006.370,05	45.783.542,39	9,0 (20-21)
Proporção da despesa na FSP no total de despesas realizadas	10,2	11,8	15,1	12,6	23,6
Despesa Per Capita na FSP	697,79	660,44	960,72	853,65	22,3

**Fonte:** Lima & Bueno (2022). **Nota:** Valores atualizados pelo IPCA de dezembro/2021. Despesas empenhadas.

#### **Quadro 5 – Unidades Policiais da Polícia Civil – Amapá, junho de 2022**

Unidades policiais	18
Centro Integrado de Operações em Segurança Pública	2

Delegacia da Infância e Juventude/Delegacia Especializada de Investigação de Atos Infracionais	3
Delegacia da Mulher/Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher	3
Delegacia de crimes contra o consumidor	1
Delegacia de crime contra o patrimônio	1
Delegacia de polícia do interior	1
Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Praticados Contra a Criança e o Adolescente	1
Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito	1
Delegacia Especializada em Crime contra o Meio Ambiente	1
Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos	1
Delegacia de Polícia do Interior	1

**Fonte:** Relatórios de Gestão Consolidado 2020 e 2021 (2022)